



DIÁRIO da Assembleia da República

V LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1987-1988)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 30 DE OUTUBRO DE 1987

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vítor Pereira Crespo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Vítor Manuel Calo Roque

Cláudio José dos Santos Percheiro

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 25 minutos.

Deu-se conta dos diplomas entrados na Mesa.

Em sessão de perguntas ao Governo, formularam questões ou intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Herculano Pombo (Os Verdes), Raul Castro (ID), Octávio Teixeira (PCP), Jorge Sampaio (PS), José Magalhães (PCP), Eduardo Pereira (PS), Guerra de Oliveira (PSD), Raul Junqueiro (PS), Nogueira de Brito e Basílio Horta (CDS) e Fernando Conceição (PSD).

Por parte do Governo, responderam os Srs. Ministro Adjunto e da Juventude (Couto dos Santos) e Ministros das Finanças (Miguel Cadilhe), da Presidência e da Justiça (Fernando Nogueira), da Indústria e Energia (Mira Amaral), das Obras Públicas e Comunicações (Oliveira Martins), dos Negócios Estrangeiros (João de Deus Pinheiro) e da Educação (Roberto Carneiro).

Foi ainda lido e aprovado um relatório e parecer da Comissão de Regimentos e Mandatos sobre substituição de um deputado do PS.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio de Mesquita Araújo Guedes.
Adão José Fonseca Silva.
Adírito Manuel Soares Campos.
Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
Alberto Correia de Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Amândio Santa Cruz D. Basto Oliveira.
António Abílio Costa.
António Augusto Lacerda de Queirós.
António Augusto Ramos.
António de Carvalho Martins.
António Costa de A. de Sousa Lara.
António Fernandes Ribeiro.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António José Caciro da Mota Veiga.
António José de Carvalho.
António Maria Oliveira de Matos.
António Roleira Marinho.
António Sérgio Barbosa de Azevedo.
António da Silva Bacelar.
Aristides Alves do Nascimento Teixeira.
Arlindo da Silva André Moreira.
Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha.
Arménio dos Santos.
Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.
Aurora Margarida Borges de Carvalho.
Bclarmino Henriques Correia.
Carlos Alberto Pinto.
Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.
Carlos Manuel Duarte de Oliveira.
Carlos Manuel Oliveira da Silva.
Carlos Matos Chaves de Macedo.
Carlos Sacramento Esmeraldo.
Casimiro Gomes Pereira.
Cecília Pita Catarino.
Cristóvão Guerrero Norte.
Daniel Abílio Ferreira Bastos.
Domingos Duarte Lima.
Domingos da Silva e Sousa.
Eduardo Alfredo de Carvalho P. da Silva.
Ercília Domingos M. P. Ribeiro da Silva.
Evaristo de Almada Guerra de Oliveira.
Fernando Barata Rocha.
Fernando Dias de Carvalho Conceição.
Fernando José Alves Figueiredo.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando José R. Roque Correia Afonso.
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
Fernando Monteiro do Amaral.
Fernando Sequeira Roriz.
Filipe Manuel Silva Abreu.
Francisco João Bernardino da Silva.
Francisco Mendes Costa.
Gilberto Parca Madail.
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.
Hilário Torres Azevedo Marques.
Jaime Carlos Marta Soares.
Jaime Gomes Mil-Homens.
João Álvaro Poças Santos.

João Costa da Silva.
João Domingos F. de Abreu Salgado.
João Pedreira de Matos.
João José da Silva Maçãs.
João Manuel Ascensão Belém.
João Maria Ferreira Teixeira.
João Soares Pinto Montenegro.
Joaquim Eduardo Gomes.
Joaquim Fernandes Marques.
Joaquim Vilela de Araújo.
Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.
José de Almeida Cesário.
José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
José Assunção Marques.
José Augusto Ferreira de Campos.
José Augusto Santos Silva Marques.
José Francisco Amaral.
José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.
José Júlio Vicira Mesquita.
José Lapa Pessoa Paiva.
José Leite Machado.
José Luís Bonifácio Ramos.
José Luís de Carvalho Lalande Ribeiro.
José Manuel Rodrigues Casqueiro.
José Manuel da Silva Torres.
José Mário Lemos Damião.
José Mendes Bota.
José Mendes Melo Alves.
Leonardo Eugénio Ribeiro de Almada.
Lícínia Morcira da Silva.
Luís Amadeu Barradas Amaral.
Luís António Martins.
Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.
Luís Filipe Meneses Lopes.
Luís Manuel Costa Geraldes.
Manuel Albino Casimiro de Almada.
Manuel Coelho dos Santos.
Manuel da Costa Andrade.
Manuel Ferreira Martins.
Manuel João Vaz Freixo.
Manuel Joaquim Baptista Cardoso.
Manuel José Dias Soares Costa.
Manuel Maria Moreira.
Maria Assunção Andrade Esteves.
Maria da Conceição U. de Castro Pereira.
Maria Luísa Lourenço Ferreira.
Maria Manuela Aguiar Morcira.
Mary Patrícia Pinheiro Correia e Lança.
Mário Ferreira Bastos Raposo.
Mário Jorge Belo Maciel.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Mário de Oliveira Mendes dos Santos.
Mário da Silva Coutinho Albuquerque.
Mateus Manuel Lopes de Brito.
Miguel Bento M. da C. de Macedo e Silva.
Miguel Fernando C. de Miranda Relvas.
Nuno Francisco F. Delerue Alvim de Matos.
Nuno Miguel S. Ferreira Silvestre.
Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho.
Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
Rui Alberto Limpio Salvada.
Rui Gomes da Silva.
Rui Manuel P. Chancerelle de Machete.
Valdemar Cardoso Alves.
Vasco Francisco Aguiar Miguil.
Vítor Pereira Crespo.
Virgílio de Oliveira Carneiro.

Partido Socialista (PS):

Afonso Sequeira Abrantes.
 Alberto Alexandre Vicente.
 Alberto Manuel Avelino.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Alberto de Sousa Martins.
 António Fernandes Silva Braga.
 António Magalhães da Silva.
 António Miguel Moraes Barreto.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Armando António Martins Vara.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Elisa Maria Ramos Damião Vieira.
 Francisco Fernando Osório Gomes.
 Francisco Igrejas Caeiro.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Barroso Soares.
 João Cardona Gomes Cravinho.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João Rosado Correia.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 Jorge Lacão Costa.
 José Barbosa Mota.
 José Carlos P. Basto da Mota Torres.
 José Ernesto Figueira dos Reis.
 José Florêncio B. Castel Branco.
 José Manuel Lelo Ribeiro de Almeida.
 José Manuel Torres Couto.
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Raul Manuel Bordalo Junqueiro.
 Ricardo Manuel Rodrigues Barros.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque.
 Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favas Brasilciro.
 Álvaro Manuel Balseiro Amaro.
 António Anselmo Aníbal.
 António José Monteiro Vidigal Amaro.
 Apolónia Maria Pereira Teixeira.
 Carlos Alfredo do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo Brito.
 Carlos Campos Rodrigues da Costa.
 Cláudio José dos Santos Percheiro.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João António Gonçalves do Amaral.
 José Eduardo Linhares de Castro.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Santos Magalhães.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Luís Manuel Loureiro Roque.
 Manuel Anastácio Filipe.
 Manuel Rogério Sousa Brito.
 Maria Odete Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Rogério Paulo S. de Sousa Moreira.

Partido Renovador Democrático (PRD):

António Alves Marques Júnior.
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho.
 Rui José dos Santos Silva.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Centro Democrático Social (CDS):

Basílio Adolfo de M. Horta da Franca.
 José Luís Nogueira de Brito.
 Narana Sinai Coissoró.

Agrupamento Intervenção Democrática (ID):

João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 Raul Fernandes de Moraes e Castro.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):

Herculano da Silva P. Marques Sequira.
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai anunciar os diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Deram entrada na Mesa os seguintes diplomas: projectos de lei n.os 75/V, da iniciativa do deputado Alberto Vicente e outros, do PS, propondo a elevação da freguesia de Vila Nova da Tázhem à categoria de vila; 76/V, da iniciativa do deputado Rolcira Marinho e outros, do PSD, propondo a elevação da freguesia de Barroselas, no concelho de Viana do Castelo, à categoria de vila; 77/V, da iniciativa do deputado Cláudio Percheiro e outros, do PCP, propondo a elevação a vila da aldeia de São Teotónio, no concelho de Odemira; 78/V, da iniciativa do deputado Miguel Relvas e outros, do PSD, propondo a criação da freguesia da Moita do Norte, no concelho de Vila Nova da Barquinha. Todos estes diplomas foram admitidos e baixaram à 10.ª Comissão.

Deram ainda entrada na Mesa as propostas de lei n.os 5/V, da iniciativa da Assembleia Regional dos Açores, propondo medidas destinadas a combater a abstenção na Região Autónoma dos Açores, e 6/V, da iniciativa do Governo, sobre o exercício da actividade de radiodifusão difundida no território nacional. Estas propostas de lei foram admitidas e baixaram à 1.ª Comissão.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): Sr. Presidente, uma vez que a ordem do dia de hoje trata de perguntas ao Governo e uma vez que a comunicação social, o País, depois mais tarde o Sr. Presidente da República e depois, mais tarde ainda, todos nós, tivemos conhecimento da matéria relativa a um problema das relações com a República da Guiné-Bissau, o Partido Socialista parte do pressuposto de que o Governo não deixará de aproveitar esta oportunidade para dar um esclarecimento à Câmara sobre matéria tão importante, tanto mais que este órgão de soberania de nada soube.

Portanto, gostaria de informar a Câmara de que o PS não vê nenhum inconveniente, antes pelo contrário, vê toda a vantagem em que hoje, quando estiver presente o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, seja dado um

esclarecimento à Câmara. Pela nossa parte achamos muito bem que o Sr. Presidente, se assim o entender, facilite a possibilidade de esse esclarecimento, que é um esclarecimento de Estado, poder ser dado à Câmara durante a sessão de hoje.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (António Capucho): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa, no fundo, para responder ao Sr. Deputado Jorge Sampaio ou, pelo menos, para dizer qual o ponto de vista do Governo sobre esta matéria.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Deputado Jorge Sampaio, tal como V. Ex.^a sabe, numa sessão de perguntas ao Governo, não tem qualquer cobertura regimental a prestação desse tipo de esclarecimento. No entanto, dada a gravidade da situação que invocou — e entendemos que o fez correctamente —, admitimos essa eventualidade. Porém, apenas por razões de tráfego que V. Ex.^a conhece, designadamente para quem mora na marginal, que é o caso do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, não tive oportunidade de contactar com ele, mas durante a sessão de hoje responderei a VV. Ex.^{as} sobre qual a melhor forma de prestar esses esclarecimentos: se em sede da comissão, se durante esta sessão de perguntas ao Governo ou se em outra oportunidade.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a questão da interpelação está suficientemente esclarecida. Assim, vamos dar início ao processo de perguntas ao Governo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo, para colocar questões ao Governo sobre crianças tóxico-dependentes.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O problema que aqui trazemos tem sido somente tratado a nível da ponta do grande iceberg que é a problemática da tóxico-dependência em Portugal. Porém, hoje gostaria de trazer aqui a base desse iceberg. É uma abordagem de certa complicada, porque, tanto quanto sabemos, os dados que nos permitiriam fazer uma análise melhor da situação não existem, não estão recolhidos e não estarão tratados.

De qualquer modo, dada a gravidade do problema, dada a urgência em que se tomem medidas no sentido de conhecer a situação e tentar saná-la, gostaríamos de obter por parte do Governo as seguintes informações: qual a posição do Governo face àquilo que consideramos ser o aumento dramático do número de crianças tóxico-dependentes, nomeadamente nas áreas urbanas do País? Que conhecimento tem o Governo dessa situação e que medidas propõe para atacá-la?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto e da Juventude.

O Sr. Ministro Adjunto e da Juventude (Couto dos Santos): — Sr. Deputado Herculano Pombo, quando fiz parte do anterior Governo tive oportunidade de recrutar nesta Câmara que a questão da tóxico-dependência em Portugal é um problema dramático, sobretudo no meio juvenil. Na verdade, conforme também disse nessa altura, é um dos

problemas que deve exigir por parte de todos nós um consenso nacional, na medida em que é uma tarefa que não diz respeito apenas ao Governo, mas, sim, a toda a sociedade.

O Sr. Deputado diz que está a aumentar o número de crianças tóxico-dependentes. Devo dizer-lhe que só ontem me chegou um estudo pedido a uma empresa da especialidade, que vem sendo realizado há seis meses sobre a situação dos tóxico-dependentes em Portugal, que refere que o consumo não abrange apenas as crianças.

De facto, o consumo de droga tem penetrado em escalões etários mais baixos, atingiu o escalão etário dos 12 aos 15 anos, mas continua com um pico entre os 20 e os 30 anos. Por exemplo, das cerca de 5000 consultas que tiveram lugar no Hospital das Taipas, a maior percentagem de tóxico-dependentes verifica-se entre os 20 e os 30 anos.

O Sr. Deputado diz que o Governo tem conhecimento da situação, o que é verdade. Porém, como sabe, a tóxico-dependência não pode ser tratada de ânimo leve; tem de ser tratada com seriedade e com muita ponderação, pois não é uma campanha de *marketing* publicitário. Combater a tóxico-dependência não se faz através de qualquer *spot* que se mete na televisão, não é qualquer discurso de homem político ou de homem público! ...

A campanha quanto à tóxico-dependência deve ser uma campanha em grupo, localizada, dentro da escola. Por isso, o X Governo Constitucional aprovou um programa a que chamou «Projecto de vida», que tem vindo a ser estudado para ser executado, que está na fase final de arranque e que se compõe de quatro vertentes fundamentais, a primeira das quais é a informação — na informação procura-se chegar aos pais e aos jovens, estabelecer uma nova forma de diálogo entre pais e jovens, o que é hoje o grande drama que muitas vezes leva ao aparecimento de problemas familiares. O vector da sensibilização reflecte-se sobretudo nos estudantes e no próprio meio escolar, mas o da formação consiste em formar educadores e professores para que elos próprios sejam agentes de combate.

Tudo isto está a ser desencadeado com a formação de algumas centenas de professores escolares, com o tal estudo que agora vai servir para se fazer a campanha de informação e de sensibilização dos próprios estudantes. Também aqui se devem destacar os próprios órgãos de comunicação social e devo dizer que neste aspecto nos regozijamos com o apoio que a própria imprensa regional vai dar à matéria, porque cerca de 155 jornais de âmbito regional já assinaram, por um ano, um protocolo de cooperação no sentido de sensibilizar toda a população. Parece-me, pois, muito importante que a imprensa regional também se preocupe com esta questão.

A segunda vertente é a que diz respeito à recuperação. Na recuperação, o programa prevê a criação de novos centros e prevê um aspecto que é muito importante e que se refere ao apoio às instituições particulares de solidariedade social. As instituições particulares podem desempenhar aqui um papel muito melhor — não tenho dúvidas quanto a isso — do que o próprio Estado porque, como sabem, às 18 horas o Estado fecha as portas, enquanto as instituições particulares têm sempre aquele carinho para continuar com os tóxico-dependentes durante toda a noite, se for necessário. Está, pois, a ser elaborado um protocolo estabelecendo formas de apoio a tóxico-dependentes com essas instituições particulares.

Outra das vertentes, que é inovadora em Portugal e na Europa, é aquilo que corresponde ao Centro das Taipas. Segundo a afirmação de um técnico da Organização Mundial de Saúde, o Centro das Taipas é o primeiro estabelecimento

do género na Europa. Trata-se de um estabelecimento que, para além de outras funções, visa dar resposta a uma questão que é fundamental: um serviço de urgência próprio para os tóxico-dependentes. Todos nós sabemos como casos de *overdose* entram na urgência normal dos hospitais e como são tratados. Na verdade, eles necessitavam de ter um serviço próprio e é a isso que o Centro das Taipas procura responder: tem um centro de consulta, tem um centro de dia, tem um serviço de urgência especial, tem um serviço de noite e um serviço de internamento, onde, desde que está aberto até hoje, ocorreram cerca de 60 internamentos com um período médio de nove dias por tóxico-dependente.

A terceira vertente tem a ver com a integração no mundo do trabalho. Outro dos problemas que se coloca é o de, uma vez recuperado, onde é que o tóxico-dependente se vai inserir, porque normalmente ele é recusado pela sociedade. Nesse aspecto, o programa vai ter sequência através dos centros de emprego, procurando inserir esses jovens em entidades empresariais com o apoio do próprio Estado.

A quarta vertente é o combate ao tráfico. O combate ao tráfico prevê diversas medidas, que, por razões que o Sr. Deputado certamente compreenderá, não serão de revelar aqui porque são acções que têm de ser desencadeadas com uma certa confidencialidade, mas que nos últimos tempos têm vindo a dar algum resultado. Posso adiantar que, até ao momento, já foram apreendidos cerca de 17 kg de heroína, cerca de 130 kg de cocaína e cerca de 4,5 de haxixe. Mas, Sr. Deputado, a frieza destes números não está na quantidade; ela está, se raciocinarmos ao contrário daquilo que normalmente é feito, em sabermos o que seria se esta droga chegasse aos jovens. Não é o dinheiro que ela vale nem as quantidades em quilogramas. No que devemos reflectir é sobre o número de mortes ou de mal-estar que evitamos pelo facto de ela não chegar aos jovens.

Estas são, Sr. Deputado, as medidas que o Governo tem inserido num programa global que foi aprovado no Governo anterior e que neste momento se encontra em execução. O Sr. Deputado poderá dizer que já não é sem tempo. Porém, não se esqueça que quanto a esta matéria foi, pela primeira vez, assumido um programa global, desde a prevenção primária até à terciária, à integração, passando pelo tráfico. É um assunto que deve ser tratado com muita seriedade e não pode ser objecto de primeira página dos jornais, deve ser, isso sim, objecto de tratamento muito sério junto do próprio atingido e da própria família.

Gostaria também de lhe dizer — porque os dados que me chegaram são bastante interessantes — que quando se diz que o desemprego é uma das causas fundamentais, nesse estudo que referi o desemprego aparece com os índices mais baixos. Na verdade, o que se aponta como problemas fundamentais para o consumo de droga são os problemas familiares, a má inserção no meio escolar e o facto de ser novidade, factor este que aparece numa escala de 40 %. Os jovens são aliciados por traficantes e foi por isso que eu já disse nesta Câmara que considerava um traficante semelhante a um terrorista, porque 40 % dos jovens são aliciados pelos próprios traficantes.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Tal como eu previa, a resposta do Sr. Ministro foi séria, embora eu pense que tentou trazer-nos à superfície demasiado rapidamente.

Perdoe-me, Sr. Ministro, mas a minha intenção era trazer aqui a análise da base do icebergue, tal como referi no princípio da minha intervenção, e não «vir a cima» tão rapidamente. Penso que deveríamos voltar um pouco mais abaixo, mergulhar e ver a problemática que envolve a base do icebergue.

O Sr. Ministro referiu que ontem recebeu dados; no entanto, eu tentei obtê-los em todas as instituições que existem e isso não foi possível, porque — segundo me disseram — eles não existiam. Portanto, gostaria de pedir ao Sr. Ministro que esses dados nos fossem fornecidos o mais rapidamente possível.

O Sr. Ministro referiu que este assunto não pode ser tratado como um *spot* publicitário; obviamente, estamos de acordo! Porém, já não estamos de acordo com a diferença que vai entre a sua opinião e a realidade. De facto, até agora, a campanha «Projecto de vida» e, principalmente, o Centro das Taipas pouco mais têm sido do que um *spot* publicitário de uma campanha publicitária e a atestá-lo estão as queixas de numerosos tóxico-dependentes.

O Sr. Ministro apresentou dados apontando que o maior número de tóxico-dependentes que aparece à luz do dia se situa na faixa etária dos 20 aos 30 anos. Isso é verdade, porque é nessa altura que as pessoas andam pelo seu próprio pé e se consciencializam da situação em que caíram. Aqueles que tentam sair dessa situação vão até aos sítios onde pensam que ainda pode haver alguma esperança.

Não é isto que se passa com as crianças, nem com os pais das crianças. E volto a insistir no termo «criança» porque considero que a faixa etária dos 12 aos 15 anos está ainda mais ligada à infância do que propriamente à juventude.

Volto a afirmar aqui que a minha grande preocupação vai para as crianças da faixa etária dos 6 aos 10 anos, que são inalantes, fenômeno que, creio, pode resultar de diversas situações: da má organização dos estabelecimentos de ensino, que muitas vezes se encontram superlotados e onde as crianças não têm o devido acompanhamento durante o intervalo das aulas; da degradação em que se encontram os bairros periféricos da cidade, nomeadamente de Lisboa; da falta de esperança destas crianças; da falta de lugares para passarem os seus tempos livres, que são muitos, enquanto os pais (aqueles que têm trabalho) estão fora de casa. Nestas condições, é extremamente fácil as crianças serem aliciadas, é extremamente fácil o «contágio» — digamos assim — de uns com os outros, começando pelas técnicas de inalação, sendo mais tarde absorvidas por drogas mais pesadas.

Quanto ao papel do Estado, que o Sr. Ministro referiu pondo-o em contraponto com as entidades privadas, gostaria de lhe perguntar quanto custa o «carinho» que as entidades privadas dispensam aos tóxico-dependentes. Quantos pais de tóxico-dependentes podem, na realidade, pagar esse «carinho»?

Sei que alguns centros mantêm os tóxico-dependentes durante mais de um ano por considerarem ser esse o tempo razoável para a sua completa recuperação. Como é possível que esta recuperação se faça no Centro das Taipas com internamentos de nove dias? Esta é uma questão que foi transmitida por pais de crianças tóxico-dependentes e que aqui coloco.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto e da Juventude.

O Sr. Ministro Adjunto e da Juventude: — Sr. Deputado Herculano Pombo, certamente que os dados que recebi

ontem têm de ser estudados e analisados, mas depois terei muito gosto em fornecer-lhos, sobretudo porque se preocupa com o problema da tóxico-dependência, que, conforme disse, é uma tarefa que nos compete a todos.

Quanto à questão da tóxico-dependência das crianças, devo dizer-lhe que há uma situação grave que não referiu, mas que é a utilização indevida de medicamentos. Este é um dos factores que os dados estatísticos apontam como sendo motivador do consumo de droga em escalões etários mais elevados.

Em relação à questão que me colocou acerca dos custos para o Estado do carinho que as entidades privadas têm para com os tóxico-dependentes, não sei se V. Ex.⁸ já visitou algumas, mas eu já visitei várias, de diversos credos e religiões, de diversos processos de tratamento — e devo dizer-lhe que, naquilo que vi, cada uma à sua maneira, vi carinho —, e muitas delas não custam nem um tostão ao Estado. Se quiser, dou-lhe exemplos de instituições que não levam nem um tostão ao Estado e cujo carinho é dado gratuitamente e por solidariedade humana.

Penso dizer-lhe que custa muito mais recuperar um tóxico-dependente nos chamados «centros do Estado» do que nas chamadas «instituições particulares de solidariedade social».

Quando V. Ex.⁸ refere os nove dias de tempo médio de permanência no Centro das Taipas, é preciso saber para o que é que ele serve. O Centro das Taipas tem um serviço de urgência: por exemplo, se entra um jovem em estado crítico, ou com uma overdose, ele é acolhido durante esses dias até poder ser encaminhado para outras instituições. Daí o protocolo que estamos a estudar. É fundamental que estas instituições sejam os «acolhedores» destes jovens que passam pelo Centro. Mas como sabe, alguns entram num estado tão crítico que não podem, de forma alguma, sair para qualquer lado e têm de ficar alguns dias em observação. O problema não é só o da recuperação, também é um problema clínico que tem de ser analisado nessa perspectiva.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta ao Governo sobre a distribuição do rendimento nacional, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. Raul Castro (ID): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro das Finanças: É sabido que a proporção na distribuição do rendimento nacional dos salários e do capital constitui um aspecto essencial de qualquer política governamental, no que respeita ao aspecto, também fundamental, da justiça social.

No actual Governo — presidido pelo mesmo Primeiro-Ministro, com o mesmo Ministro das Finanças e, necessariamente, a mesma política, do Governo anterior — tem-se assistido a um agravamento na distribuição da parte dos salários e do capital, isto é, tem diminuído a parte dos salários e tem aumentado a parte do capital, na proporção do rendimento nacional.

A pergunta feita ao Governo é no sentido de saber se já se empregou alguma medida para contrariar esta tendência, ou se, pelo contrário, essa tendência afinal faz parte da própria política do Governo.

O certo é que, se essa tendência fizer parte da política do Governo, na realidade é difícil conciliá-la com o facto de o Governo ter afirmado, repetidamente, que se preocupa essencialmente com a protecção dos interesses dos mais carenciados.

Naturalmente que esta retida afirmação, nomeadamente por parte do Sr. Primeiro-Ministro, entra em conflito com

a realidade, que é a da diminuição da parte dos salários na distribuição do rendimento nacional. Portanto, a pergunta formulada ao Governo está relacionada com esta matéria.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças (Miguel Cadilhe): — Sr. Deputado Raul Castro, a sua pergunta — que, aliás, tem sido feita noutras ocasiões nesta Câmara — tem uma resposta simples, que resulta dos dados estatísticos publicados por uma fonte idónea. Vou citar os dados do Banco de Portugal relativos a 1984, 1985 e 1986. Os salários com percentagem do rendimento disponível passaram de 39,9 %, em 1984, para 40,3 %, em 1985, e para 41,3 %, em 1986. Os salários mais prestações sociais em percentagem do rendimento disponível passaram de 53,97 %, em 1984, para 54,44 %, em 1985, e para 56,73, em 1986.

Há, portanto, melhoria na distribuição do rendimento disponível a favor do trabalho, aliás outra coisa não poderia resultar do impressionante crescimento dos salários reais que se verificou em 1986.

Na indústria transformadora os salários reais subiram 4,6 %, em 1986, e na construção civil subiram 5,7 %. Como a produtividade, em 1986, não subiu numa taxa comparável com a da subida dos salários reais (embora tenha subido), teria que resultar daqui, tal como resultou, uma melhoria na distribuição do rendimento.

Desta forma, não tenho mais comentários a fazer, a não ser relembrar o significado inabalável destes números.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. Raul Castro (ID): — Sr. Ministro das Finanças, efectivamente não é a primeira vez que faço esta pergunta, pois já a formulei aquando da apresentação do Programa do Governo. Como na ocasião não obtive resposta por parte do Sr. Primeiro-Ministro, naturalmente que a pergunta tem hoje toda a oportunidade.

Os dados do Banco de Portugal que o Sr. Ministro cita dizem respeito a um determinado critério na elaboração da respectiva estatística. Se, por exemplo, com base nos dados do relatório do Banco de Portugal, se tiver em conta a remuneração do trabalho com contribuições no produto nacional bruto a preços de mercado, o que se verifica é que a parte dos salários desce de 51,1 %, em 1984, para 46,4 %, em 1986, e sem contribuições sociais a parte dos salários do produto nacional bruto em 1987 apresentaria outra evolução, que seria de 40,2 % em 1985, 38,3 % em 1986, 38,1 % em 1987.

Naturalmente, as estatísticas podem ser elaboradas com base em diferentes critérios e neste caso não há critérios idênticos da parte do Sr. Ministro e da de quem elaborou os dados que referi. O que importa é saber qual é a realidade e ela parece ser a que o Governo afirma no próprio Programa de Correcção Estrutural do Défice Externo e do Desemprego (PCEDED). O que está previsto é que a evolução dos salários reais seja inferior ao aumento da produtividade; logo a massa salarial perde peso no rendimento nacional e nem sequer o hipotético aumento do emprego pode compensar esta quebra.

V. Ex.⁸ falou no «impressionante aumento dos salários [...]». Não sei se se refere, por hipótese, à proposta de aumento salarial para a função pública, que realmente é tão

«impressionante» que tem sido rejeitada e claramente criticada por parte da função pública, a ponto de o próprio Governo abandonar as negociações.

Se é este o «impressionante aumento dos salários» no ano em curso, parece-me que, na realidade, não é o adjetivo apropriado, a não ser que se trate de «impressionante» no sentido de injustiça social...

Portanto, Sr. Ministro, parece que na realidade, para lá das estatísticas que mostram que, efectivamente, tem havido diminuição do peso dos salários no rendimento nacional, a própria previsão do PCEDED, por parte do Governo, aponta no mesmo sentido, o que é difícil de conciliar com a afirmação de que, afinal, a massa salarial iria aumentar.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças: — Sr. Deputado Raul Castro, referi-me ao passado com dados que são disponíveis, que são considerados definitivos e que assim estão publicados.

Quanto ao futuro, o Sr. Deputado referiu-se a um programa de correcção estrutural que o Governo adoptou, a um cenário macroeconómico que figura nesse programa e que pressupõe uma concertação social esforçada, que levará — se for conseguida — a um compromisso, que é precisamente o compromisso estritamente necessário para resolver o dificílimo conflito entre fazer a modernização da economia portuguesa e, ao mesmo tempo, fazer crescer o emprego e os salários reais.

Como se sabe — os factos estão aí para o provar e a teoria macroeconómica também o diz —, é extremamente difícil, para não dizer impossível, fazer crescer os salários reais vigorosamente e ao mesmo tempo fazer crescer o emprego. É extremamente difícil, para não dizer impossível, fazer crescer os salários reais vigorosamente e ao mesmo tempo introduzir a modernização da economia, o aumento da produtividade e o aumento da competitividade. Sr. Deputado Raul Castro, os anos passados têm-no demonstrado, em Portugal, de forma muito expressiva.

Peço-lhe que não confunda uma mera projecção condicional ou contingencial, que assenta num pressuposto que está por preencher e que é, sublinho, o da concertação social.

Se houver concertação social da parte dos parceiros sociais, se aceitarem um compromisso que aposte no crescimento do emprego, da economia global e da sua modernização, então há que fazer também alguns sacrifícios. Não é baixar os salários reais, como já aconteceu na economia portuguesa em anos passados, é fazê-los subir, mas moderadamente, para que isso mesmo propicie o crescimento do emprego e a modernização da economia portuguesa.

É isso que estará em causa num dos cenários possíveis para o PCEDED, o tal programa que o Sr. Deputado referiu. Isso não está categoricamente assumido pelo Governo Português, que só o assumirá se houver uma base de concertação social, isto é, um acordo de política de rendimentos de médio prazo que apoie esse cenário.

Como a concertação social está a ser cada vez mais «apetecida» no nosso país, como os parceiros sociais cada vez mais querem fazer concertação social, temos alguma esperança de que a inteligência, o interesse nacional e o sentido da responsabilidade possibilitem um bom acordo de política de rendimentos para o médio prazo.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta ao Governo sobre a situação na bolsa e política do Governo

em relação às operações públicas de venda, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Ministro das Finanças, não sofre contestação séria o afirmar que as bolsas portuguesas apresentam níveis de especulação incomparavelmente superiores a qualquer outra bolsa. As bolsas portuguesas, na verdade, têm muito pouco de «bolsas de valores» na situação actual (apesar de estas serem especulativas por natureza) e têm demasiado de casinos, mas casinos onde as roletas estão viciadas por alguns, poucos, que se aproveitam reconhecidamente e de forma escandalosa da ingenuidade de muitos, que são conduzidos a aplicar as suas poupanças nessas bolsas. É claro que é locupletamente à custa alheia que isso é permitido, acarinrado, incentivado pelo Governo.

No entanto, um qualquer governo tem a obrigação moral e política de defender os pequenos aforradores dos tubarões, abutres e quaisquer outros depredadores que por aí pululam. Obrigação essa tanto mais indeclinável quanto é certo que o Governo utilizou, infelizmente, todos os meios ao seu alcance para induzir os incautos a investir na bolsa-casino.

E não é com meras declarações televisivas do Primeiro-Ministro de que se está a «vender gato por lebre» que a defesa das pequenas poupanças é promovida. E muito menos ainda quando de seguida o Ministro das Finanças declara que até é positivo que se venda gato nas bolsas de valores!

Mas se o que se está a passar nas bolsas é escandaloso, o que tem vindo a suceder com as ofertas públicas de venda, as famigeradas OPVs é uma autêntica fraude. Com ramificações, interesses e conivências que estão longe de ser suficientemente conhecidas e esclarecidas, em meia dúzia de meses uma dúzia de grandes senhores do capital meteram ao bolso, em proveito pessoal, cerca de 60 milhões de contos de mais-valias, obtendo, por acréscimo, como prémio do Governo, volumosos benefícios fiscais, dezenas de milhões de contos de ganhos especulativos (e não tributados), que, no essencial, não são investidos na actividade produtiva, mas sim na especulação financeira. É sabido e publicamente reconhecido que, por um lado, «as OPVs não têm a ver com o investimento nem com os planos de desenvolvimento das empresas» e, por outro lado, que «se as OPVs não se fizessem nas condições escandalosas em que se fazem, o seu número diminuiria acentuadamente».

Sr. Ministro das Finanças, a realidade do que se está a passar nas bolsas de valores, designadamente com as OPVs, não é apenas imoral, inaceitável e preocupante. É que os seus efeitos sobre o sistema financeiro e, em seguida, sobre a economia real podem ser ainda imprevisíveis na sua dimensão, mas são, a mais ou menos curto prazo, certos na sua gravidade.

Por isso lhe coloco a primeira questão: o que leva o Governo a reconhecer os perigos da situação e a não ter uma intervenção saneadora, eficaz e atempada?

O Sr. Ministro das Finanças declarou há dias que iria ser analisado o «comportamento das OPVs» e que seriam «promovidas averiguações sobre o empolamento dos preços nos mercados». Por isso lhe coloco a segunda e última questão, que, na situação actual, se tem de considerar no mínimo exigível: por que não são, então, imediatamente suspensas as OPVs? Por que não são suspensas as mais de trinta «espoliações públicas de venda» que se anunciam para os próximos dois meses? Por que vai o Governo permitir que essas operações, que essas espoliações, se continuem a

efectuar nas mesmas condições escandalosas em que se têm verificado?

Vozes do (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças: — Sr. Deputado Octávio Teixeira, vai desculpar-me, mas não consegui reter a sua primeira pergunta.

A notei a segunda pergunta que me dirigiu, anotei vários comentários seus, mas não consegui saber qual foi a sua primeira pergunta.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Ministro, se o Sr. Presidente mo permitir, repito a pergunta que lhe fiz.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — É a seguinte: o que leva o Governo a reconhecer os perigos da situação e a não ter uma intervenção saneadora, eficaz e atempada do mercado da bolsa?

O Orador: — Sr. Deputado Octávio Teixeira, em primeiro lugar, penso que valerá a pena sublinhar, embora isso seja reconhecido tacitamente, que a nossa perspectiva perante o funcionamento da economia e dos mercados é completamente diferente da sua perspectiva! Nós não administramos mercados, não racionamos mercados, embora os procuremos racionalizar quando entram em funcionamento anómalo. Não fazemos o racionamento do mercado, fazemos a sua racionalização, quando for estritamente necessária e recomendável. Não pomos o Estado a substituir o mercado.

Quando se trata do mercado de capitais, sobretudo por ser um mercado nascente — como acontece em Portugal —, todos os cuidados são poucos, porque seríamos certamente criticados se tivéssemos feito qualquer intervenção precipitada, como estamos agora a ser criticados por uma aparente ausência de intervenção. Trata-se de uma situação que se pode qualificar ou caracterizar claramente como «estar preso por ter cão e preso por não ter»!...

Risos do PSD.

Ao longo dos últimos doze meses temos adoptado uma atitude muito prudente em relação ao mercado de capitais, no que diz respeito ao capital de risco, que praticamente há dois anos atrás não existia e que hoje existe com uma dimensão já muito apreciável e um interesse da parte dos agentes económicos também muito grande.

Não vamos estragar aquilo que tanto custou a criar, que durante anos e anos esteve perfeitamente ausente da economia portuguesa, e que é o mercado de acções, o mercado do capital de risco, como disse há pouco.

O que é que o Governo tem feito? O Governo tem enquadrado o funcionamento do mercado com a lei minima indispensável, tem feito avisos aos investidores, sobretudo aos pequenos e médios investidores, dos riscos que se correm quando se investe no mercado de acções, e tem procurado criar algumas instituições fundamentais para a supervisão e vigilância do mercado. Penso que o recém-criado cargo de auditor-geral do mercado de títulos é um bom exemplo, porque as suas atribuições e competências são muito importantes para o seu funcionamento cor-

recto — quando digo correcto pretendo dizer com ausência, tanto quanto possível, de confiança e de abusos de confiança.

O auditor-geral do mercado de títulos vai ser, como eu dizia, uma figura determinante no mercado de títulos e de valores mobiliários em Portugal. Entre outras atribuições, tem, por exemplo, competências para verificar se não há tratamento fraudulento de informação prestada pelas empresas, quer directamente ao mercado quer indirectamente, através dos órgãos de comunicação social, mas de forma viciada, quer também por uso indevido de informações que circulem internamente nas empresas e que poderiam servir para proveito próprio de alguns.

A manipulação das cotações dos títulos por algumas pessoas, quer sejam operadores de mercado quer sejam administradores ou quadros das empresas cotadas, também serão objecto da especial atenção do auditor-geral do mercado de títulos.

Quanto às OPVs, as ofertas públicas de venda, o que se passa é que houve um entusiasmo enorme do lado da procura. O desequilíbrio entre a procura e a oferta, quer no mercado primário quer no mercado secundário, era de tal modo grande que o único remédio para reequilibrar este mercado e atenuar o crescimento febril das cotações não poderia ser senão o de aumentar a oferta de acções nos mercados primário e secundário. Uma das vias preferidas pelas empresas foi precisamente a das ofertas públicas de venda.

Se alguma coisa se passou de exagero ou incorrecto por parte de algumas empresas, cá estamos para, a seu tempo, sem tornar o mercado assustadiço nem intimidado, actuar.

Neste momento, as OPVs carecem de apreciação e de autorização do auditor-geral do mercado de títulos quando delas resultarem incentivos fiscais. Todos os outros casos carecem de ser apreciados pelas comissões directivas das bolsas. Portanto, o preço base das OPVs será sujeito a critérios especiais de apreciação.

Quanto aos incentivos fiscais, a orientação que está dada é a de que só colhem esse benefício as empresas que façam ofertas públicas de venda de acções próprias detidas em carteira, portanto detidas no seu activo, ou, então, nos casos em que os accionistas, após a oferta pública de venda, façam um aumento de capital social da empresa por entrada de dinheiro «fresco».

É este o nosso entendimento acerca dos benefícios fiscais.

Em todos os outros casos não há benefícios fiscais.

Meus senhores, não tenhamos ilusões! Não queiram ter mercado forte, crescente, animado, proporcionado às necessidades do desenvolvimento económico do País e, ao mesmo tempo, aniquilar o mercado.

O mercado de capital de risco tem uma função fundamentalmente básica para apoiar o crescimento e o desenvolvimento da economia portuguesa.

Queira Deus — e todos nós!... — que o mercado de acções continue sólido após esta correção técnica de preços — espero que seja uma simples correção técnica de preços o que se está a verificar de há um mês para cá —, que continue com um bom crescimento e sem actuações imponderadas por parte de nenhum de nós.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, peço a palavra para formular pedidos de esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Tal como o Sr. Deputado sabe, nos termos regimentais não o pode fazer.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, pelo que percebi, o Sr. Deputado Octávio Teixeira preocupa-se por o Sr. Ministro «não ter cão». Eu preocupo-me por ele ter cão a mais!...

Risos

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Ó Sr. Deputado Nogueira de Brito, o senhor está mesmo preocupado!...

Risos

Sr. Ministro, o problema que lhe coloquei é, no essencial, um problema de racionalização do mercado. Não estamos a discutir a questão das filosofias sobre esse mercado — as diferenças das nossas filosofias são, aliás, já conhecidas —, estamos, sim, a discutir um problema de racionalização exigível, de moralização, se V. Ex.⁸ quiser, e isso é um dever do Governo, tal como referiu na pergunta que lhe fiz, porque foi o Governo que o incentivou.

Aliás, Sr. Ministro, utilizando a sua dicotomia, diria que V. Ex.⁸ umas vezes utiliza o «cão» e outras vezes esquece-se do «cão». Quando foi para lançar o mercado de capitais, o Sr. Ministro não pôs quaisquer limitações à intervenção do Governo. O Governo fez tudo o que podia e, muitas vezes, aquilo que não podia ou, pelo menos, que não deveria ter feito.

Os benefícios fiscais foram aquilo que se costuma dizer, em termos populares, «o que se quiser», «é à vontade».

O Sr. José Magalhães (PCP): — É a gral!

O Orador: — Campanhas publicitárias a nível oficial ou a nível particular, até mesmo das vozes de cada um dos seus ministros e secretários de Estado, foi «um nunca parar». Isto é: enquanto foi para superinflacionar o mercado, «tudo bem, faça-se a intervenção do Governo sem limites!», mas quando se trata de moralizar, aí o Governo entende que já não se deve meter. De facto, é uma duplicidade dificilmente entendível.

O Sr. Ministro pede para «não estragarmos tudo o que tanto custou a criar». Mas, ó Sr. Ministro, vai-se estragar vai e vai-se estragar ainda muito mais se o Governo não intervém no mercado. Mas não é só e apenas o mercado de capitais, a bolsa; são também o mercado financeiro e a própria economia real que vão ser fortemente danificados.

O Sr. João Salgado (PSD): — Não se preocupe!

O Orador: — Preocupo-me, Sr. Deputado. Preocupo-me não com o meu bolso, mas com a economia nacional e com o bem-estar dos Portugueses.

Aplausos do PCP e risos do PSD.

Em relação às ofertas públicas de venda, o problema está no facto de ter sido o Governo que criou a apetência da oferta. E a apetência da oferta — convém que fique esclarecido — não é uma apetência das empresas, mas, sim, uma apetência exclusivamente de accionistas. As dezenas de milhões de contos das ofertas públicas de venda não foram e não estão a ser canalizadas para as empresas. Elas estão a ser canalizadas apenas para os accionistas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — É diminuta a parte correspondente às acções próprias detidas pelas empresas que forem vendidas nas ofertas públicas de venda. E foi o Governo que conduziu a tal. Não há milagres, Sr. Ministro, por isso pergunto-lhe por que razão objectiva as ofertas públicas de venda avançaram fortemente a partir de Maio. Por que não antes? Por que é que foram canceladas emissões públicas de acções para subscrição pública que já estavam anunciadas? Por que é que os accionistas preferiram fazer operações públicas de venda e não fazer emissões públicas de acções? Precisamente, Sr. Ministro, porque o Governo, a partir de Março, altura em que alargou os benefícios fiscais às ofertas públicas de venda, despoletou a apetência dos accionistas.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Estes, para além de aproveitarem em benefício próprio as mais-valias, continuavam a beneficiar dos benefícios fiscais.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Isto é que é!

O Orador: — Sr. Ministro, a situação que se criou, neste momento, é uma situação muito perigosa. Diz o Sr. Ministro que o Governo actuará quando considerar oportuno. E quando é que vai considerar oportuno? É quando já não puder fazer nada? É quando se atingir o descalabro?

O Sr. Ministro certamente que houve e lê, de todos os quadrantes, a denúncia daquilo que se está a passar nas ofertas públicas de venda, até mesmo dos quadrantes que directamente participam nas bolsas. Será que, mesmo assim, ainda considera não ser oportuno? Quando é que o considerará?

Sr. Ministro, para terminar dir-lhe-ei que há, de facto, uma necessidade mínima: a necessidade da transparência. E não posso ver como haja transparência, como haja uma total honestidade de processos, quando, por exemplo, se permite que um empresário, daqueles que mais têm utilizado as ofertas públicas de venda para o seu grupo económico, faça, simultaneamente, parte da comissão directiva da bolsa de valores.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Isso é grave!

O Orador: — Que transparência é esta?

O Sr. José Magalhães (PCP): — Isso tem um nome!...

O Orador: — Mais: que transparência há quando um qualquer corretor pode criar uma sociedade de investimentos?

Aplausos do PCP, do PS, do CDS, de «Os Verdes» e da ID.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças: — Sr. Deputado Octávio Teixeira, vou muito rapidamente responder a todos os seus comentários.

Aliás, é «interessante» ouvir um deputado do seu partido tecer considerações sobre o mercado de acções, em qualquer país..., no nosso também!

Em primeiro lugar, começo por dizer, Sr. Deputado, que há dois anos não havia qualquer mercado de acções em Portugal. Em termos práticos, não existia literalmente nada. Hoje, entre nós, temos um mercado fortíssimo. Esteja tranquilo, Sr. Deputado, porque ele vai continuar forte.

Uma voz do PS: — Já chega!

O Orador: — Em segundo lugar, o grande problema que ocorria — e está a ocorrer — no mercado de acções em Portugal, como já referi, é do de desequilíbrio entre a oferta e a procura. Era, portanto, preciso estimular a oferta. A oferta apareceu de forma quase espectacular, durante estes meses de 1987, mas ainda não foi suficiente para reduzir, tanto quanto seria necessário, o desequilíbrio entre a oferta e a procura.

Em terceiro lugar, temos informações suficientes para dizer que em grande parte o dinheiro conseguido através das OPVs está a ser reinvestido em empresas, na criação de novas empresas, na criação de postos de trabalho e na recuperação e reanimação de empresas já existentes.

Quanto a isto, pode ficar descansado, Sr. Deputado, pois tenho informações seguras de que os frutos desse reinvestimento vão aparecer ou, melhor, estão já a aparecer. Como é óbvio, Sr. Deputado, não poderia deixar de me informar sobre esta matéria e, por ser importante, volto a sublinhar, Srs. Deputados, que na economia portuguesa se verifica o reinvestimento produtivo da maior parte do dinheiro captado através das ofertas públicas de venda pelos accionistas que têm feito essas operações.

Em quarto lugar, quanto ao cancelamento de emissão de acções para transformar em ofertas públicas de venda, só houve um caso, Sr. Deputado. Não cometa o erro da generalização.

Em quinto lugar, quanto à «situação perigosa» dos mercados e à necessidade de «o Governo intervir já», repito, Sr. Deputado, que o Governo tem estado atento. O Governo tem assumido algumas decisões fundamentais, tais como a criação de um quadro legal que tem a ver com o auditor-geral do mercado de títulos e com o Conselho Nacional das Bolsas de Valores, antes desta conjuntura baixista da bolsa (em Setembro foi aprovado um decreto-lei que pôs já em funcionamento estas duas instituições).

Finalmente, quanto à composição das comissões directivas da bolsa, digo-lhe, Sr. Deputado, que essa matéria já se encontra em lei — que nem sequer é deste Governo nem do imediatamente anterior —, que diz o seguinte: «Nas comissões directivas da bolsa tem de haver um representante das empresas cotadas.» É isto o que se passa e nada mais, Sr. Deputado!

Sei que o Sr. Deputado Octávio Teixeira não gosta das empresas dinâmicas e dos empresários com forte iniciativa ...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — De muita transpiração!...

Risos do PCP.

O Orador: — Mas a economia portuguesa precisa muito disso.

Informo-o, Sr. Deputado, de que não existe nenhuma sociedade de investimento em que o sócio seja corretor da bolsa portuguesa. Peço-lhe, uma vez mais, Sr. Deputado, que não cometa erros desse género, porque podem ser graves. Além disso, se esta intervenção de hoje tem algum

efeito, só poderá ser, infelizmente, o efeito amplificador da conjuntura que se vive na bolsa, porque da sua parte, Sr. Deputado Octávio Teixeira, não houve sequer o cuidado de apreciar estas matérias com a ponderação que elas merecem.

O mercado de acções, como sabe, é delicadíssimo, é muito sensível e não se pode falar dele como se fala do mercado das batatas ou dos alhos em Portugal.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Ah, o Sr. Ministro queria que me calasse?!

Aplausos do PSD.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para formular protestos em nome do meu grupo parlamentar.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a formulação de perguntas ao Governo tem um regimento próprio e extremamente rígido. Não conheço a fórmula regimental que o Sr. Deputado está a invocar.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Sr. Presidente, vejo esta fórmula ser utilizada todos os dias ...!

Aliás, o que aconteceu neste preciso momento tem directamente a ver, não apenas com o Grupo Parlamentar Socialista, mas também com esta Assembleia.

O Sr. Ministro das Finanças: numa matéria que estava a responder ao PCP, levantou a problemática de saber qual é o limite de intervenção ...

O Sr. Presidente: — Peço desculpa de interrompê-lo, Sr. Deputado Jorge Sampaio, mas não lhe havia ainda dado a palavra.

Sr. Deputado, entre outras coisas, peço-lhe que me esclareça sobre qual a figura regimental ao abrigo da qual deseja usar da palavra. Disse-me o Sr. Deputado que era uma que se utilizava todos os dias; pois é, mas há várias figuras regimentais que são utilizadas todos os dias! Pode esclarecer-me de qual se trata?

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Há três possibilidades e V. Ex.^e interpretará como entender: uma, posso fazer uma interpelação à Mesa — o que estou a fazer — para exprimir o direito de defesa da minha bancada; outra, o direito de defesa à honra dos deputados socialistas nesta bancada; e última, o direito de defesa da Assembleia da República, no seu conjunto.

Aplausos do PS, do PCP, do CDS, de Os Verdes e da ID.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, é uma interpelação à Mesa *sui generis*, mas aceito-a, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Sr. Presidente, isto já se passou com outras questões que vieram a ser levantadas posteriormente, mas que o Grupo Parlamentar Socialista de maneira nenhuma pode admitir é que, em matéria controversa como esta — e todos os grupos parlamentares estão, com certeza, fundamentalmente interessados no progresso do País —, venha o Sr. Ministro das Finanças dizer-nos do modo como devemos falar sobre matéria com esta complexidade.

Aplausos do PS, do PCP, do CDS, de Os Verdes e da ID.

Temos o direito de falar e não é o Sr. Ministro das Finanças que nos vem dizer qual é o conteúdo que devemos utilizar na nossa expressão de vontade relativamente à bolsa ou a qualquer outra matéria.

A legitimidade popular pôs-nos aqui; a legitimidade do Sr. Ministro é derivada da nossa! Portanto, temos o direito de pugnar por uma perspectiva do interesse nacional, seja qual for a matéria em apreço.

Aplausos do PS.

E, portanto, não podemos admitir, Sr. Presidente, porque é uma questão fundamental para a Assembleia da República, que o Sr. Ministro das Finanças, com sensibilidade ou sem ela, nos venha dizer como é que podemos ou não devemos tratar de determinadas matérias, quaisquer que sejam as complexidades de que se revistam.

Aplausos do PS, do PCP, do CDS, de Os Verdes e da ID.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta oral ao Governo sobre questões orçamentais, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Ministro das Finanças, creio que, em matéria orçamental, ao contrário do que acontece em relação ao mercado, o Governo «nem tem mais cão», nem tem cão a mais nem a menos; tem, pura e simplesmente, um buraco. Sei que o Sr. Ministro das Finanças nega constantemente a existência deste buraco; negou-o em carta aos jornais, em entrevistas e negou-o no discurso que proferiu por ocasião da tomada de posse do auditor-geral do mercado de títulos. Só que nunca documentou essa sua afirmação enfática, soberba e determinante e era isso que queríamos que fizesse quando propusemos que esta questão fosse abordada nesta sessão de perguntas ao Governo. Portanto, as perguntas que tenho para lhe endereçar são extremamente sucintas.

Primeiro, esperamos que informe finalmente a Câmara sobre os principais valores respeitantes à execução orçamental, tanto em relação aos impostos directos como aos indirectos, uma vez que há desvios nítidos tanto num domínio como no outro. Aliás, consideramos lamentável que o último *Boletim da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos* que foi distribuído tenha sido o de Junho, o que só permite uma avaliação do primeiro semestre deste ano. Lamentamos também que não tenha sido remetida à Assembleia da República informação sobre a evolução — que é preocupante — nas cobranças do IVA.

Pelos jornais circula informação fornecida pela Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, mas o Ministério das Finanças entendeu não fornecer à Assembleia informação sobre esta matéria, a qual, só por si, implica um desvio de vários milhões de contos nas cobranças do IVA e precisávamos de saber qual o montante e quais as razões desse desvio de dezenas de milhões de contos.

Em segundo lugar, gostaríamos de saber quando é que o Sr. Ministro das Finanças e o Governo vão pôr fim ao verdadeiro *blackout* informativo que existe quanto aos elementos respeitantes ao imposto sobre os produtos petrolíferos, o que não é aceitável. Desde Maio, estas informações foram pedidas oito vezes ao Governo, através da Comissão Permanente, e foram oito vezes negadas. Neste momento continuamos sem que seja cumprida a lei quanto a aspectos elementares, tais como os elementos quantitativos sobre as componentes necessárias para o cálculo dos preços cuja fórmula é desconhecida e isto é ilegal.

Em terceiro lugar, qual foi o aumento das receitas induzido pelo aumento do preço dos combustíveis e do imposto sobre o tabaco que foi decretado pelo Governo?

Em quarto lugar, qual é o montante das dívidas do Governo a empreiteiros de obras públicas, designadamente no domínio do Ministério da Educação?

Em quinto lugar, por um resolução publicada no *Diário da República* e pelo que aconteceu quanto ao Fundo de Compensação, ficámos com a impressão de que o Sr. Ministro das Finanças vai «rapar o fundo» aos fundos e cofres privativos.

Seria capaz de explicar à Câmara as razões da transferência de saldo...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a Mesa gostava que esclarecesse se o enunciado de perguntas que está a fazer corresponde a todas as questões que pretenderia formular ao Sr. Ministro das Finanças. Gostaria de lhe recordar que o Sr. Deputado tem direito a fazer duas perguntas.

O Orador: — Sim, Sr. Presidente, eu sei. No fundo, estou a desagregar uma única pergunta que poderia ser feita simplesmente nestes termos: o Sr. Ministro seria capaz de nos informar sobre a execução orçamental? Assim abrange tudo, desde os impostos até às despesas. E já estou a fazer o favor de não colocar a questão da «derrapagem» das despesas. Portanto, estou a poupar trabalho ao Sr. Ministro das Finanças.

Creio que V. Ex.^a, Sr. Presidente, entenderá que esta tem sido a prática corrente e que, numa matéria tão vasta como esta, não há praticamente nenhuma outra forma de a abordar que não seja a de desnatar, separar e precisar as questões. De contrário, o Sr. Ministro das Finanças precisaria de quatro horas para responder a esta pergunta.

Portanto, se me permitisse, prosseguiria sucintamente.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado. No entanto, para clareza do processo, julgo que o Sr. Deputado deverá indicar, exactamente, quais são as duas perguntas que quer formular, embora o que tenha estado a dizer seja o preâmbulo às mesmas.

O Orador: — Não, Sr. Presidente, isto são subinterrogações da interrogação geral que está colocada ao Sr. Ministro das Finanças (*Risos do PSD.*), qual seja: como é a execução orçamental de 1987? São perguntas subsidiárias e de apoio para precisão.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, só que no Regimento não estão previstas subinterrogações.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente, vou concluir.

Também gostaríamos de saber quanto vai render a poupança macabra decorrente do novo regime de subsídios de doença.

Quanto ao Orçamento do Estado para 1988, creio que estamos postos perante uma questão diferente. O atraso é manifesto e não tem a mínima cobertura legal. O prazo de 90 dias inventado pelo Governo para apresentação do Orçamento é uma questão esquipática, pois há um atraso e deve haver razões para tal. São essas razões que a Câmara deveria conhecer e já há muito tempo, porque esta questão foi colocada por vários partidos, e não só pelo meu, sem ter obtido nenhuma resposta cabal.

Sabemos que o Orçamento do Estado para 1988 conterá escolhas dolorosas; no entanto, gostaríamos que o Sr. Ministro nos explicasse o motivo de várias alterações.

Primeira: qual a razão do atraso de um ano para a realização da reforma fiscal? Em Março, V. Ex.^a proclamava que esta teria lugar no âmbito do Orçamento do Estado para 1988 e assegurava que os trabalhos preparatórios dos respectivos códigos estariam concluídos em Outubro. Isso vai longe, pois a Comissão acaba de ser alargada por um decreto-lei agora publicado. Portanto, nesta matéria, em que ficamos?

Segunda: por que razão rompeu o Governo as negociações em matéria de função pública e respectivos aumentos salariais?

Terceira: que se passa em relação ao Orçamento da Região Autónoma da Madeira e às transferências em negociação entre o Governo da República e o Governo Regional da Madeira?

Finalmente, Sr. Ministro, não lhe farei nenhuma pergunta sobre os chamados ministérios «sensíveis» sobre os cortes orçamentais em matéria de saúde, de segurança social, etc. Somente lhe vou perguntar quando é que o Governo, como é seu dever, vai consultar os partidos de oposição sobre as Grandes Opcões do Plano e sobre o Orçamento do Estado para 1988.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças: — Sr. Deputado José Magalhães, em suma, quais são as duas perguntas que tem para me colocar?

Risos do PSD.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Ministro, para simplificar, vou reduzir-lhe a duas todo o universo das perguntas. Uma na área da execução orçamental de 1987 e a outra na área do Orçamento do Estado para 1988.

Em que ficamos quanto à evolução dos diversos valores das cobranças, das receitas, dos impostos e em que ficamos quanto às dívidas a empreiteiros?

No que respeita ao Orçamento para 1988, faço-lhe a pergunta sobre as consequências do impacte da reforma fiscal. Quanto à outra pergunta que lhe fiz sobre o dever do Governo de consultar os partidos da oposição, parece-me de mera lealdade parlamentar que seja respondida.

O Sr. Ministro das Finanças: — Sr. Deputado, quanto à segunda pergunta sobre a reforma fiscal, dir-lhe-ei que, em Março passado — se a memória não me falha —, o Governo apresentou à Assembleia da República a proposta de lei sobre as bases fundamentais da reforma fiscal. Este diploma deu entrada formal na Assembleia da República, mas a Assembleia foi dissolvida; portanto, a proposta de lei ficou sem efeito e o que o Governo fez foi retomá-la e tornar a apresentá-la formalmente à Assembleia da República. O diploma aí está para a Assembleia o apreciar e para o aprovar, se for caso disso.

Se a aprovação dessa lei não poderemos avançar com a elaboração dos códigos fiscais, de modo que, Sr. Deputado, se há algum atraso na reforma fiscal, o que lamentamos muito, este é imputável aos acontecimentos que ocorreram ao longo de 1987 e que têm a ver com a queda do Governo e com a posterior dissolução da Assembleia da República.

A proposta de lei sobre a reforma fiscal aí está novamente para apreciação da Assembleia da República. Esperamos, Sr. Deputado, que, pela sua parte, contribua

para o andamento célere e de qualidade da apreciação deste diploma, que nós o Governo, cá estaremos para fazer progredir a reforma fiscal com os seus códigos e, no que diz respeito à administração fiscal, com a operacionalidade dos serviços, de modo que aquela esteja em vigor no dia 1 de Janeiro de 1989, já que, por razões não imputáveis à vontade do Governo, não o poderá estar em 1 de Janeiro de 1988.

Quanto à primeira pergunta sobre a execução orçamental de 1987, Srs. Deputados, asseguro-vos, em nome do Governo, que esta está a ser feita e vai ser terminada em completa disciplina financeira, tal como o foi em 1986. No fim do ano, o défice efectivo não ultrapassará o défice orçamentado: as despesas efectivas serão menores que as orçamentadas, as receitas efectivas poderão vir a ser menores do que as orçamentadas, mas como temos a certeza de que, como já disse, as despesas previstas no Orçamento ficam bastante acima das despesas realizadas, o défice final será menor ou, quando muito, igual ao que foi autorizado pela Assembleia da República.

Esteja tranquilo, Sr. Deputado, que esta matéria vai ser submetida à sua apreciação e à de toda a Assembleia da República no fim do ano de 1987. Até lá, peço-lhe que aguarde, porque, para já, o seu juízo é prematuro. Asseguro-lhe solenemente, Sr. Deputado, que não há «derrapagem» orçamental.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Nem das receitas nem das despesas?

O Orador: — Já lhe disse, Sr. Deputado, que se, quanto à receita, esta é menor do que a orçamentada, também a despesa é menor do que a orçamentada. É assim que se faz boa gestão orçamental! É assim que se executa bem o Orçamento do Estado!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Já agora, respondendo à sua terceira pergunta, quanto às obras públicas e, concretamente, quanto ao que a comunicação social tem noticiado acerca das obras das construções escolares, dir-lhe-ei que, neste momento, tenho a Inspecção-Geral de Finanças a fazer uma auditoria e aguardo o respectivo relatório final.

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente: — Para formular pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Ministro das Finanças, creio que a sua resposta não é apenas insatisfatória, é lamentável! Porque o facto é que, quanto ao Orçamento do Estado para 1988, a situação criada é extremamente grave. Não só não haverá reforma fiscal como é extremamente grave a situação criada devido ao atraso da sua entrada em vigor. E era tempo de acabar com a demagogia governamental de que aquela se faz apresentando uma proposta de lei de bases à Assembleia da República, porque tal exige uma mudança profunda da Administração, a qual está longe de estar preparada, o que é da responsabilidade do Governo. Portanto, nesse aspecto, o atraso não é imputável, de forma nenhuma, nem aos acontecimentos políticos deste ano nem, menos ainda, à Assembleia da República como colégio representativo.

Por outro lado, a situação criada pelo atraso é extremamente grave. A Assembleia vai aprovar a galope o Orça-

mento do Estado para 1988, a fim de que possa entrar em vigor na data prevista, e qual é o preço que se vai pagar? Que imagem daremos ao País? Quanto vai custar este atraso? Como vamos fazer o debate orçamental? Em que condições? Será que o Governo não considera esta situação anómala, visto que exibe esse ar de satisfação?

Quanto à execução do Orçamento do Estado para 1987, Sr. Ministro, há limites para forçar o real. O Sr. Ministro assegura de forma enfática que vai haver disciplina orçamental. A nossa pergunta é: à custa de quê?

Diz-nos também que esperemos pelos elementos até Dezembro. Perguntamos: mas por que havemos de esperar pelos elementos até Dezembro? Por que não há-de o Governo fornecer elementos a todos — não só aos deputados, como aos cidadãos, que têm que saber a quantas andam —, sobre a execução orçamental e exemplos concretos que creio ser necessário existirem, embora pessoalmente não os queira?

Pelos elementos que existem, a manter-se o ritmo de cobrança dos impostos directos, sabe-se que o «buraco» orçamental no fim do ano ascenderá a 9 milhões de contos de cobranças a menos. Em relação ao IVA, esse «buraco» poderá ser superior a 30 ou 40 milhões de contos e isto não é algo que o Governo possa negar, é um facto, é um dado. O ritmo de cobrança é muito inferior ao ano anterior. Será que o Governo pode escamotear isto?

Em terceiro lugar, bem se percebe porquê e para que é que o Governo aumentou os preços dos combustíveis e do tabaco. A pergunta que lhe faço é se garante aqui que não vai aumentar outra vez a gasolina para acorrer às dificuldades.

Em relação ao Fundo de Compensação, anda ou não a «rapar» receitas? É óbvio que sim! Por que razão extinguiu o Fundo de Compensação, tendo a preocupação de que o saldo positivo transitasse para os cofres do Estado até 30 de Novembro? Foi precisamente para que essa disciplina orçamental seja conseguida à custa de mais receitas. E que outros fundos se prepara para «rapar»? «— Isso é segredo, pergunte-me em Dezembro!...» —, responderá V. Ex.⁴ Mas responde mal!

Outro aspecto diz respeito a saber se vai pagar aos empreiteiros de obras públicas. Só a dívida do Ministério da Educação é de 4 milhões de contos. Há empresas que estão a falir. V. Ex.⁴ nega isto? Mete isto no bolso? Pretende que nos desinteressemos deste aspecto? V. Ex.⁴ dirá que esperem os empreiteiros e as falências até Dezembro. Não é possível porque as falências e o crédito não esperam. Com essa atitude soberba V. Ex.⁴ não resolve os problemas da economia real.

Finalmente, em relação à questão básica de não ter havido um orçamento suplementar, dir-lhe-ei que isso é uma grande maravilha. Aliás, V. Ex.⁴ vai ser incluído no guiness como sendo a pessoa que inventou a forma perfeita para não haver «derrapagem» orçamental.

Risos de alguns deputados do PCP.

Pois se V. Ex.⁴ aumenta as receitas aumentando os combustíveis, pois se V. Ex.⁴ diminui as despesas cortando os subsídios de doença, é evidente que a «derrapagem» é controlada, mas não é finança sã nem é um bom método de gestão. Esse procedimento tem um nome, que, em matéria de gestão orçamental, é extremamente feio e é com esse nome que, porventura, V. Ex.⁴ passará à história.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e da ID.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não tenho comentários a fazer a esta intervenção do Sr. Deputado, gostaria apenas de deixar bem claro que é entendimento do Governo e dos juristas que temos consultados — e parece ser, aliás, entendimento inequívoco — que o Governo tem 90 dias após a sua investidura para apresentar a proposta de lei do Orçamento do Estado para 1988.

É assim que determina a Lei do Enquadramento do Orçamento e não vale a pena estar a levantar mais poeira sobre este assunto e o Governo cumprirá rigorosamente o prazo que a lei determina, ou seja, 90 dias após a sua investidura.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta oral ao Governo, sobre o controle da legalidade e transparência dos actos da Administração Pública e medidas de combate à corrupção, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pereira.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados e Sr. Ministro da Presidência e Ministro da Justiça: São cada vez mais frequentes os relatos de casos que vêm engrossar a já longa série de falta de medidas de respeito à legalidade, à transparência dos actos da Administração Pública, ao combate à corrupção, e o País e esta Assembleia só têm conhecimento dessas situações através dos relatos da comunicação social.

Neste quadro não irei questionar V. Ex.⁴ sobre o agravamento de situações que se prendem com «luvas», com «cunhas», com tráfico de influências, com redes de atestados, com redes de cartas de condução, com redes de papéis da mais diversa ordem, nem sequer com redes de contrabando, ou redes incendiárias florestais, com os inúmeros casos da banca e outros deste tipo, porque não teríamos tempo para este debate e porque alguns destes casos têm sido aflorados na Assembleia da República, embora eu pense que um debate sobre esta matéria deva vir a ser feito aqui, muito brevemente, com a seriedade e a profundidade que são exigidas.

Vou-me cingir apenas a casos mais recentes e sobre os quais eu penso que o Governo e o Sr. Primeiro-Ministro tiveram uma actuação preocupante.

E preocupante porquê? Porque para a maioria dessas situações o Governo foi, por diversas vezes, alertado; em segundo lugar, porque delas se ocuparam de forma directa ou nelas — foi referido nos relatos — terem sido envolvidos governantes e porque delas se tentou desviar a opinião pública, a opinião do País foram tomadas certas medidas que, na minha opinião, serviram, sobretudo, não para a sua condenação ou para punir os mais politicamente responsáveis, mas para castigar aqueles que se opuseram a essas situações ou que, inclusivamente, as denunciaram; e finalmente porque até agora esses processos não foram apresentados a esta Assembleia, que é a única instância capaz de fazer a avaliação política desses envolvimentos.

Refiro-me em especial aos seguintes casos: equipamentos do terminal carvoeiro de Sines, equipamentos turísticos da serra da Arrábida, empreitadas no Inatel, distribuição das verbas da CEE pelos municípios a quem foi atribuída «a bandeira azul das praias», aplicação das verbas do Fundo Social Europeu, o Centro de Estudos em Economia de Energia dos Transportes e do Ambiente (CEEETA) e a interrupção dos fornecimentos dos excessivos de leite que estavam a ser distribuídos a instituições de solidariedade social.

Sr. Ministro da Presidência e Ministro da Justiça, em primeiro lugar, gostaria de saber sobre a veracidade dos relatos; em segundo lugar, gostaria que V. Ex.^a indicasse as medidas que foram tomadas nos casos em que se tornava necessário repor a verdade por não haver veracidade e, finalmente, sobre as medidas de prevenção e de combate que foram tomadas contra a corrupção, em casos em que V. Ex.^a reconheça terem existido, entre aqueles que citei.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência e Ministro da Justiça.

O Sr. Ministro da Presidência e Ministro da Justiça (Fernando Nogueira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, queria dizer ao Sr. Deputado Eduardo Pereira que, ao ter contacto com a pergunta que indicou querer fazer oralmente ao Governo, me pareceu que o objecto da mesma não era transparente, em boa verdade fugia à legalidade e só não tinha fumos de corrupção.

E isto porque usar o mecanismo de uma pergunta oral e dizer que se vai interpellar o Governo sobre o controle da legalidade e sobre a transparência e combate à corrupção não é nada, é de uma opacidade total, não é legal porque a lei e o Regimento exigem rigor e é portanto uma forma que me parece não conveniente, pese embora opiniões em contrário, de discutir com seriedade os problemas que enunciou de forma desordenada e, convenhamos, não inteiramente adequada.

Sr. Deputado, é impossível ao Ministro da Presidência poder pronunciar-se sobre aquilo que o Sr. Deputado referiu, com a facilidade com que o fez, pela simples razão de que um governo tem responsabilidades que não podem aconselhar — nem aconselham — que se vá a correr atrás da primeira afirmação que se produz, que se vá atrás do «diz-se, diz-se», que se vá atrás da primeira atoarda ou aleivosia que se queira lançar para o ar.

O Governo é um órgão de soberania, tem responsabilidades, tem que actuar perante factos concretos e nem o Sr. Deputado nem ninguém é capaz de provar ou afirmar que este governo não tenha actuado prontamente e com scriedade sempre que factos concretos têm chegado às suas mãos. É que o Governo é um instituição séria, é alguém que deve fazer respeitar a legalidade democrática e, portanto, tem que ter imensa cautela quando actua neste domínio.

Quer V. Ex.^a saber o que é que um governo deve fazer? O que um governo deve fazer nesta matéria é aquilo que este governo se propõe fazer. Em primeiro lugar, reformular a política criminal do País, pôr em vigor o novo Código de Processo Penal, que irá facilitar realmente a punição dos crimes e uma justiça mais célere.

Em segundo lugar, é criar mecanismos para que, de harmonia com a Constituição e com as leis, aquelas entidades a quem cabe realmente fazer o controle da legalidade que possam fazer e essas entidades, Sr. Deputado, são os tribunais. Por isso, o Governo remeterá muito proximamente a esta Assembleia uma nova lei orgânica dos tribunais, assim como remeterá — não tão prontamente, mas assim que estiverem prontos e acabados os estudos e os projectos que temos em mãos e em análise — a reforma da orgânica dos tribunais administrativos, como consta do Programa do Governo, se quiser ter a maçada de o ler.

Também se irá melhorar o funcionamento e modernizar a actuação do Tribunal de Contas, que é um instrumento fundamentalíssimo para o combate à fraude, à corrupção e a tudo o que constitua desvio daquilo que todos desejamos que seja a legalidade democrática.

Em matéria de transparência lembrava-lhe, Sr. Deputado, que o governo anterior foi pioneiro nessa matéria, impôs que os subsídios conferidos pelo Estado, pelos governantes, fossem publicados periodicamente no *Diário da República*, para que toda a gente saiba para onde vai o dinheiro público. Foi também o anterior governo que modificou a Lei das Empreitadas Públicas, de modo que os concursos públicos tivessem mais transparência, e foi já este governo que, em termos da acção do Secretariado da Modernização Administrativa, lançou normas com um fim pedagógico e persuasor junto da Administração Pública, para que os cidadãos tenham acesso aos *dossiers*, para que os cidadãos saibam quem trata de quê e como.

É por estas vias que se combate a fraude, a corrupção; não é atirando aleivosias para o ar, não é imputando, por vezes injustamente, responsabilidades a quem as não tem.

Sr. Deputado Eduardo Pereira, não creia V. Ex.^a que a sua preocupação com a corrupção é maior do que a nossa; nós desejamos realmente que Portugal seja um país transparente, um país limpido e sempre temos actuado em conformidade. Nem o Sr. Deputado nem ninguém, repito-o, é capaz de dizer que o Governo deixou de actuar quando confrontado com factos concretos. Agora, um governo não pode actuar por suspeitas ou por simples notícias dos rumores ou de afirmações públicas menos sérias por parte de quem não tem responsabilidade quando as profere.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pereira.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Ministro da Presidência e Ministro da Justiça, sobre a avaliação que V. Ex.^a fez da pergunta que formulei não lhe vou dizer nada, pois não o reconheço com autoridade capaz para neste caso se pronunciar sobre ela.

Se o Sr. Presidente da Assembleia da República a enviou é porque está com certeza de acordo com o Regimento e sobre isso não me vou pronunciar. O Sr. Ministro deveria trocar impressões com o Sr. Presidente da Assembleia da República e porem-se de acordo quanto ao género de perguntas que ainda podemos fazer ao Governo.

Risos do PS.

De qualquer maneira, Sr. Ministro, queria chamar-lhe a atenção para duas coisas, relativas à parte final da sua intervenção, e que quero corrigir ligeiramente. Em primeiro lugar, não impusei — não está na minha intervenção — mais responsabilidade ao Governo; apenas referi preocupações dos últimos casos.

Em segundo lugar, V. Ex.^a citou que eu não teria mais preocupações, penso que de honestidade, do que VV. Ex.^{as} teriam. Nada me custa reconhecer que no seu caso é assim, conheço-o o suficiente, mas não me quero pronunciar sobre outros.

Em terceiro lugar, queria dizer-lhe que as atoardas que chegaram a esta Assembleia foram lançadas por empresas públicas, organismos do Estado e Governo, visto que não foi esta Assembleia que moveu ou enviou para qualquer órgão de comunicação social qualquer elemento sobre essas situações.

Por último, queria dizer-lhe que o Sr. Ministro referiu uma série de medidas técnicas que vai tomar para prevenir e combater esses factos. Espero que resultem, faço votos para que isso aconteça. Apenas lamento que V. Ex.^a não tenha tido uma palavra sobre a Alta Autoridade contra a

Corrupção, que ainda existe, que não foi citada, que foi criada exactamente para estes casos e que é um primeiro elemento de informação ao Governo e a esta Assembleia, e, finalmente, que não tenha tido uma palavra sobre a avaliação política dessas situações, que só incumbe a esta Casa.

Estão VV. Ex.^{as} com tantos cuidados a enviar elementos à Polícia Judiciária, mas já se deviam ter lembrado de que, segundo os relatos, estão envolvidos em algumas situações, porventura mal, elementos do Governo, e era necessário que disso fosse dado relato fiel a esta Assembleia, para aqui ser feita a avaliação política.

A isto, que era o essencial da minha intervenção, não se referiu o Sr. Ministro, mas gostaria que ainda o fizesse.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência e Ministro da Justiça.

O Sr. Ministro da Presidência e Ministro da Justiça: — Sr. Deputado Eduardo Pereira, é claro que lhe consinto a liberdade de expressão para considerar que não sou uma autoridade para me pronunciar sobre a legalidade da pergunta que me fez. Mas, pela mesmíssima razão, V. Ex.^a há-de reconhecer-me o direito de pensar que a pergunta está mal feita e que não cabe na letra do Regimento e tão-pouco é transparente, mas opaca. Estamos ambos em democracia e temos ambos iguais direitos nessa matéria!

Sr. Deputado, eu não falei na Alta Autoridade contra a Corrupção porque o Sr. Deputado também não falou.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Eu perguntei!

O Orador: — E por que razão é que não me perguntou por que é que eu não falei na Polícia Judiciária, que também tem competência em matéria de investigação? E por que razão é que não me perguntou por que é que eu não falei no Ministério Público, que também é uma entidade a quem cabe uma acção na investigação criminal? Portanto, não falei porque não tinha que falar. Mas V. Ex.^a quer que eu fale? Fá-lo-ei com todo o gosto.

A Alta Autoridade contra a Corrupção ...

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Ministro?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Ministro, quando eu disse que VV. Ex.^{as} tinham tomado medidas que afinal não iam para a responsabilização política dos envolvidos e iam apenas condenar criminalmente determinadas pessoas, estava a fazer uma crítica por ter ido só para a Polícia Judiciária, e não para a Alta Autoridade contra a Corrupção.

O Orador: — Mas o Sr. Deputado não referiu a Alta Autoridade contra a Corrupção!

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Só não referi a palavra!

O Orador: — Bom, a Alta Autoridade contra a Corrupção é um organismo que tem desenvolvido a sua acção, cujos méritos foram recentemente reconhecidos pelo Sr. Primeiro-Ministro. Mas, como sabe, há muitas entidades que a contestam. Ainda há bem pouco tempo, na Ordem dos Advogados houve uma mesa-redonda em que a Alta Autoridade contra a Corrupção foi posta em questão. No

entanto, devo dizer-lhe que o Governo tem remetido processos para a Alta Autoridade contra a Corrupção.

Agora o que o Governo não pode fazer é pôr-se a correr ao primeiro indício, à primeira afirmação não identificada.

Sr. Deputado, volto a repetir o que lhe disse e V. Ex.^a não pode contestar isto: não há nenhuma queixa, nenhum processo verdadeiramente identificado, que tenha sido entregue ao Governo em relação ao qual o Governo não tenha dado continuidade, enviando para a Alta Autoridade contra a Corrupção, para a Polícia Judiciária ou directamente para os tribunais. Não há um único caso que o Sr. Deputado seja capaz de identificar.

Ora, o Governo não é uma autoridade de investigação criminal, nem actua pré-judicialmente; o Governo é o órgão superior da Administração Pública e não deve penetrar em áreas que não são as suas, sob prejuízo de estarmos a provocar o desequilíbrio de poderes e a ferir regras fundamentais da democracia. Portanto, o que o Governo pode fazer é justamente tomar as medidas técnicas que lhe referi, Sr. Deputado.

Aproveito para corrigi-lo numa coisa: é que não estou a anunciar grande parte dessas medidas, mas a lembrar-lhas.

É isto o que tenho para lhe dizer.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta oral ao Governo sobre o programa PEDIP, tem a palavra o Sr. Deputado Guerra de Oliveira.

O Sr. Guerra de Oliveira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: É conhecido o atraso tecnológico e consequente baixa de produtividade com que a indústria portuguesa se debate em termos de competitividade com os restantes países da Comunidade Económica Europeia

Neste contexto, e salvaguardando algumas situações pontuais em que tal não se verifica, é com expectativa e apreensão que o Grupo Parlamentar do PSD aguarda soluções conducentes à superação de tal atraso.

Desde finais de 1983 e até Março de 1985, a delegação portuguesa nas negociações para a adesão de Portugal à CEE fez um enorme esforço para conseguir que ficassem consignados no Acto de Adesão e seus anexos os dispositivos necessários para garantir, durante o período de transição, a melhoria das estruturas do sector agrícola, conferindo, assim, ao sector melhores condições de produtividade e competitividade no espaço económico comunitário.

Nisso se empenhou fortemente o respectivo ministério da tutela do sector, de que ao tempo era responsável, como agora, o PSD.

Esses objectivos foram conseguidos, já que a Comunidade aceitou pôr em prática, a favor da agricultura portuguesa, uma acção comum compreendendo um programa específico de desenvolvimento da agricultura portuguesa, designado por PEDAP, o qual durará dez anos e representará um custo previsional total de 700 milhões de ecus.

Esta acção comum está consignada, nomeadamente, nos artigos 253.^º e 263.^º, alínea *d*), do Acto de Adesão e desenvolvidamente especificada no chamado Protocolo 24, anexo ao mesmo Acto de Adesão.

Não aconteceu, porém, o mesmo em relação ao sector da indústria, talvez porque durante as negociações as melhorias estruturais a introduzir no sector durante o período de transição não tenham sido negociadas com o mesmo empenho e sucesso como foi o do sector agrícola...!

De facto, o Acto de Adesão e seus anexos apenas abordam esta questão de forma superficial na declaração da Comunidade relativa à adaptação e modernização da economia portuguesa e no Protocolo n.º 21, relativo ao desenvolvimento económico e industrial de Portugal.

Aí se acorda «em recomendar para o efeito, às instituições da Comunidade, que ponham em execução todos os meios e procedimentos previstos no Tratado CEE, designadamente através de uma utilização adequada dos recursos comunitários destinados à realização dos objectivos da Comunidade, aproximar o nível de vida em Portugal do das outras nações europeias, eliminar o subemprego e absorver as diferenças regionais de desenvolvimento».

Consciente da insuficiência destes instrumentos e normativos para promover o desenvolvimento harmónico da indústria portuguesa durante o período de transição, o X Governo Constitucional encetou com a Comissão, após a adesão, um processo negocial com vista a conseguir um programa específico de desenvolvimento da indústria portuguesa — PEDIP. Em boa hora o fez e há que reconhecer como oportuna e louvável esta acção do Governo para tentar melhorar uma lacuna do Acto de Adesão.

Assim sendo, e nos termos do artigo 236.º do Regimento da Assembleia da República, coloco ao Governo, por intermédio do Ministro da Indústria e Energia, a seguinte questão: tendo havido pouca informação do Governo sobre o designado programa PEDIP, cuja aprovação foi oportunamente solicitada pelo nosso País, o Grupo Parlamentar do PSD deseja ser informado, concretamente, sobre o conteúdo da recente decisão do Conselho das Comunidades sobre esta matéria e em que medida foram contempladas as posições defendidas por Portugal, bem como as repercussões previsíveis da aplicação deste programa no desenvolvimento económico português, em geral, e na modernização e progresso da nossa indústria, em particular.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Energia.

O Sr. Ministro da Indústria e Energia (Mira Amaral): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Logo à partida, isto é, logo que se efectuou o Tratado de Adesão, ficou estabelecida uma diferença entre o PEDAP e o PEDIP, diferença essa que, obviamente, acabaria por se reflectir no tipo de programas que havia para a agricultura e para a indústria e no tipo de instrumentos de que vamos dispor para modernizar a nossa agricultura e a nossa indústria.

Como, de certo modo, já foi reconhecido na própria pergunta, o PEDAP teve uma inscrição orçamental própria no Orçamento da Comunidade e, logo à partida, teve objectivos orçamentais quantificados. Isto é, sabia-se, à partida, no PEDAP, de quanto é que, em termos de ajudas financeiras, a agricultura portuguesa ia dispor.

Quanto ao PEDIP, o que ficou no Tratado de Adesão foi apenas uma declaração de intenção, mas não um compromisso quantificado em termos orçamentais e financeiros sobre de quanto era o montante de ajuda à indústria portuguesa.

No Tratado de Adesão, a Comunidade reconhecia a necessidade de modernizar a nossa indústria, reconhecia o nosso atraso industrial e tecnológico face aos outros países da CEE, mas não se comprometia a implementar esse programa, nem a dar verbas. Isto pôs a equipa do Ministério da Indústria e Comércio do X Governo Constitucional em posição delicada e mais difícil do que a equipa

que implementou o Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa. Por isso, a equipa do Ministério da Indústria e Comércio desenvolveu, em Bruxelas, todo um conjunto de actividades, por forma que a Comunidade honrasse esse seu compromisso — que era, como eu disse, apenas uma declaração de intenção — e se passasse à prática com um Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa.

Foi isso que acabou por ser feito, já na vigência do actual Governo, e a Comunidade, finalmente, aprovou um Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa. Esse programa, face a tudo aquilo que eu já disse — ou seja, face à maneira como ele começou no próprio Tratado de Adesão —, não contempla todas as reivindicações portuguesas sobre a matéria. Diremos que não é um programa que satisfaça, em toda a sua extensão, as necessidades de modernização tecnológica e de adaptação à concorrência europeia do nosso tecido industrial, mas é um programa que para nós atingiu um resultado satisfatório.

Por isso o Governo Português se congratula com os resultados alcançados em Bruxelas, que vêm na sequência de um longo trabalho, feito tanto pelo X Governo Constitucional, como pelo actual, um longo trabalho de pressão e negociação sobre Bruxelas para que os seus compromissos fossem honrados.

O Governo ainda não pôde dar a informação completa sobre esta matéria pela simples razão de que também o Governo não dispõe do texto completo da resolução que foi aprovada em Bruxelas. Tal como o público e os Srs. Deputados, o Governo dispõe do *press-release* sobre a matéria, mas não do texto final. Informações que ainda ontem tive, vindas de Bruxelas, dizem-me que ele deve estar a chegar-me à mão. Esperamos, a todo o momento, que ele seja enviado de Bruxelas para Lisboa, após reunião do colégio de comissários. Então, o Governo e eu próprio teremos todo o gosto em transmiti-lo à Assembleia. E mais: reunir-me com a Asembleia, em plenário ou nas comissões especializadas, para debater, quer esse texto, quer as suas implicações, quer a metodologia que vamos adoptar para a implementação do Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa.

Em todo o caso, muito gostosamente, posso dar as linhas gerais desse programa de apoio à indústria portuguesa.

Trata-se de um programa para cinco anos, com uma dotação em cada ano de 400 milhões de ecus, dos quais 50 %, isto é, 200 milhões de ecus, são a fundo perdido, ou seja, vêm através dos fundos estruturais, e os outros 200 milhões de ecus são créditos em condições mais favoráveis, designadamente do Banco Europeu de Investimentos e do novo instrumento comunitário.

Como sabe, o INIC é um instrumento comunitário que permite à Comunidade angariar empréstimos, em nome de um Estado membro, junto das instituições financeiras internacionais, e, como é a Comunidade que angaria estas em nome de um Estado membro, os PRED's, isto é, a taxa de juro que tem a parte do risco é mais baixa e as condições são mais favoráveis para o país que vai ser beneficiário desses empréstimos. Há, portanto, um conjunto adicional, que são estes 200 milhões de ecus por ano que não são a fundo perdido, mas em condições mais favoráveis.

Poder-se-ia dizer, à partida, que os 200 milhões de ecus que vêm através dos fundos estruturais são aqueles que já vêm para Portugal pelo Fundo Social Europeu e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

A Comunidade consagrou uma reivindicação portuguesa, que é a chamada «adiconalidade». Isto é, além daquilo que normalmente já vem para Portugal, virá mais uma fatia de 85 milhões de ecus, cerca de 13 milhões de contos, em adiconalidade àquilo que já vem todos os anos para Portugal através dos fundos estruturais. Estes 13 milhões de ecus vêm através do FEDER e não através de uma linha orçamental específica da Comunidade.

Porque é que isto acontece? Acontece porque o Governo Português compreendeu qual era o problema. Se continuássemos a bater-nos para que os 85 milhões de ecus viessem através do orçamento comunitário, tínhamos dois riscos: o primeiro, é que se não havia o orçamento aprovado na Comunidade, não tínhamos o dinheiro; o segundo, é que, por esta maneira, tinha de ir a um Conselho de Ministros da Comunidade e podia haver problemas. Portanto, achámos mais seguro — e acabou por ser isso que foi consagrado — que os 85 milhões de ecus venham através do FEDER, mas em adiconalidade àquilo que já obtínhamos do FEDER. Vêm através do FEDER com um objectivo específico: o desenvolvimento industrial, e não apenas com o objectivo de desenvolvimento regional.

Diria que os critérios de elegibilidade do FEDER são atenuados em favor de um objectivo específico: inovação, modernização tecnológica, reforço e apoio à qualidade industrial no nosso tecido industrial.

É isto o que, em traços largos, poderei dizer neste momento sobre o PEDIP.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente: Peço a palavra para interpelar a Mesa a fim de dar uma informação à Câmara na decorrência da interpelação feita pelo Sr. Deputado Jorge Sampaio no início desta sessão.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro para os Assuntos Parlamentares: — O Governo gostaria de informar que está disponível, através do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, para prestar os esclarecimentos que entender pertinentes, neste momento, em sede, por exemplo, de conferência de líderes parlamentares a realizar imediatamente após esta sessão e sem prejuízo de, em data a combinar pelo Sr. Ministro, prestar em sede de comissão esclarecimentos adicionais e mais actualizados de acordo com o desenrolar dos acontecimentos na próxima semana.

Portanto, se V. Ex.^a entender conveniente e quiser convocar a conferência de líderes, o Governo prestará essas informações.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, para formular uma pergunta oral ao Governo sobre transportes ferroviários, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Junqueiro.

O Sr. Raul Junqueiro (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro: Sabemos como se deixou degradar ao longo de muitos anos a estrutura ferroviária, ao ponto de Portugal ter sido remetido, também neste domínio, para a cauda da Europa, com uma percentagem elevadíssima de via estreita — de resto em péssimo estado de conservação —, uma percentagem mínima de via dupla na rede de via larga e também uma percentagem, igualmente insignificante, de via electrificante.

Acresce que a maior parte dos traçados são ainda os originais, o material circulante é inadequado e obsoleto, o

comando e controle de circulação é feito maioritariamente de forma manual e o número de passagens de nível é intoleravelmente alto, assim como o sistema de telecomunicações é, no mínimo, primitivo.

Esta grave situação, que me dispenso de continuar a ilustrar, é de todos bem conhecida, assim como, infelizmente, são bem conhecidas as consequências, sobretudo no domínio da sinistralidade.

Ainda no ano transacto, mais precisamente no dia 14 de Junho de 1986, na sequência de mais um grave acidente, ocorrido na Póvoa de Santa Iria, a Assembleia da República teve ocasião de debater a grave situação dos caminhos de ferro em Portugal.

Deputados de todas as bancadas, alarmados com a insegurança crescente no transporte ferroviário, convergiram na necessidade da tomada de medidas governamentais, nomeadamente de se implementarem com carácter urgente os projectos de investimento capazes de dotar o País de caminhos de ferro seguros e de qualidade e também de se definir um plano ferroviário nacional apto a responder aos desafios do desenvolvimento e da modernização.

O Governo, pela voz do Sr. Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, afirmou na altura que «não querendo, nem podendo, menosprezar ou sequer diminuir a gravidade de alguns acidentes ferroviários», salientava, contudo, que «a situação da segurança ferroviária em Portugal não se apresentava alarmante relativamente às demais redes ferroviárias europeias».

Infelizmente, o optimismo governamental em breve veio a ser desmentido dramaticamente pela realidade dos factos.

Desde então para cá dezenas de acidentes ferroviários, traduzidos nomeadamente em descarrilamentos, atropelamentos, colisões na via férrea e em passagens de nível, originando muitas dezenas de mortos e de feridos, para além de elevados danos materiais, têm marcado o dia-a-dia dos caminhos de ferro.

Ainda esta semana, poucos dias depois dos desastres ocorridos no Algarve, que poderiam ter consequências gravíssimas, o comboio que circulava na linha da Beira Alta colheu uma carrinha entre Carregal do Sal e Oliveira, no distrito de Viseu, matando os seus ocupantes.

E hoje mesmo a imprensa noticia mais um descarrilamento no Algarve, junto à estação da CP de Vila Real de Santo António.

Viajar de comboio tornou-se, pois, um risco.

Nunca na história dos caminhos de ferro portugueses se viveu um período tão negro, nunca os cidadãos foram colocados num estado de perigo tão evidente.

Perante tal situação de insegurança, perante o acidente que de tão frequente já se tornou banal, perante a morte repetida e, sobretudo, perante a ausência de uma explicação minimamente razoável sobre as causas dos sinistros e sobre as medidas a tomar para futuramente os evitar, é legítimo interrogarmo-nos sobre o que tenciona fazer o Governo?

Que garantias, pois, poderão ser dadas aos Portugueses no sentido de permitir a utilização dos comboios com segurança e qualidade, nomeadamente aos utilizadores nacionais, mas também aos estrangeiros, das linhas férreas portuguesas, quer elas sejam no Algarve, no Oeste, no Tua, na Beira Alta, no Norte ou mesmo nas áreas metropolitanas de Lisboa?

Que garantias poderão ter as pessoas que a pé ou utilizando um qualquer meio de transporte são obrigadas a atravessar as 7000 passagens de nível existentes nos 3600 km da rede ferroviária nacional?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

O Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Oliveira Martins): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou deter-me um pouco com os números, que, se não nos consolam, pelo menos dizem como as coisas vão.

Entre 1980 e 1987 os acidentes ferroviários em Portugal cresceram até 1985 e decresceram em 1986 e 1987. Não sou eu que digo, são os números.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Isso é que foi sorte!

O Orador: — Compreendo que a situação que estamos a viver não é uma situação favorável e confirmo aqui o que disse o então Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações ao dizer que, no plano internacional, infelizmente, há situações piores do que a nossa, o que não quer dizer que a nossa seja boa.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Estamos descanados!

O Orador: — Posto isto, respondo à pergunta do Sr. Deputado sobre o que o Governo fez perante tal situação.

A primeira decisão que o Governo tomou foi infletir o que vinha do governo do «bloco central», que se traduziu numa queda rápida do investimento ferroviário — não sou eu que o digo, são os números que o provam. O investimento nos caminhos de ferro subiu, em 1986, 50 % e, em 1987, 20 %, tendo-se invertido um ciclo descendente que vinha de trás. Mais, isto faz com que os próprios responsáveis do caminho de ferro digam hoje, publicamente, que lhes pode ter faltado alguma coisa, mas não lhes faltou o dinheiro.

A segunda medida tomada pelo Governo era a de que, para além dos inquéritos feitos pela CP e no âmbito da CP, alguém exterior à empresa analisasse esses inquéritos, averiguasse a forma como estavam elaborados e as causas e consequências dos respectivos acidentes. Assim, começou-se por responsabilizar serviços do Estado, como a Direcção-Geral dos Transportes Terrestres, no sentido de acompanharem de perto a evolução da situação da rede ferroviária nacional. Se propomos «menos Estado» para ter «melhor Estado», em certas situações temos que ter «mais Estado», e este é um caso em que para controlar a segurança de todo o sistema de transportes é necessário que a Administração Pública disponha de meios que, infelizmente, ainda não tem, mas vai começar a tê-los.

A terceira medida que tomou foi a de que anualmente irá publicar um balanço de todos os acidentes, suas causas e consequências. Várias pessoas têm dito que isso pouco adianta, pois é constatar factos. Não sou dessa opinião e entendo que um balanço anual, analisando as circunstâncias em que ocorreu cada acidente, é uma fonte de ensinamentos para as medidas correctivas, de formação de mão-de-obra, de selecção de pessoal e de equipamento que evitem as consequências gravosas dos acidentes. Tudo isso resulta da análise de cada acidente de per si.

A CP tem hoje um plano, que anunciou, no sentido de melhorar as condições de segurança ferroviária. É um plano suficiente. Compete, em primeiro lugar, aos técnicos do caminho de ferro propor as soluções e na sequência delas o Governo — se os assuntos forem da sua competência —

toma as respectivas medidas. É isso que estamos a fazer. Nenhum de nós pode dizer que vai eliminar os acidentes ferroviários em Portugal. Também não adianta — como um ministro fez há anos — aparecer publicamente a dizer que o problema ferroviário ultrapassa a dimensão do País. Não se resolve nada com declarações desse tipo. Há que actuar dia após dia com meios e é isso que estamos a fazer.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Junqueiro.

O Sr. Raul Junqueiro (PS): — Sr. Ministro, começo por anotar o comentário inicial de V. Ex.^e e a consolação que tem pelo facto de haver países em pior situação do que a nossa. Não interpreto essa sua afirmação como uma manifestação de humor negro, mas apenas como uma afirmação de satisfação interior do Sr. Ministro pela constatação dessa realidade.

Sr. Ministro, as quatro medidas que o Governo tomou para resolver esta situação parecem mais, à primeira vista, medidas de carácter administrativo do que propriamente medidas de fundo, medidas estratégicas para atacar este tipo de problemas. Todos temos de reconhecer que o que está em causa, no fundo, é um problema grave de desinvestimento existente na estrutura ferroviária portuguesa, durante muitos anos, e da responsabilidade de muitos governos, mesmo antes do 25 de Abril.

O problema que se coloca aqui é que é preciso ter um plano e uma estratégia de renovação do caminho de ferro em Portugal, se acreditarmos, como nós acreditamos, que o caminho de ferro tem um papel essencial num processo global de desenvolvimento económico e de modernização nacional. Por isso, as medidas que o Sr. Ministro enuncia são medidas que nos deixam um pouco aquém das expectativas, pois arriscam-se a não resolver este tipo de problemas. Estar a responsabilizar um organismo estatal, como a Direcção-Geral dos Transportes Terrestres, para observar o que se passa neste campo — e o Sr. Ministro diz que nesta matéria está a fazer intervir o Estado e diz que não é só a favor de «menos Estado», também é a favor de «mais Estado» —, pergunto se esta intervenção não se destina a ser uma intervenção de mais burocacia.

Finalmente, Sr. Ministro, se realmente os responsáveis da CP dizem que não têm problemas de dinheiro, que o dinheiro não está a faltar, então que é que está a faltar? Que projectos importantes é que foram apresentados pela CP ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e ainda não foram resolvidos? Como se justifica o atraso que se verifica neste momento em importantes empreendimentos ferroviários, nomeadamente no Norte do País, tais como a construção da ponte ferroviária sobre o rio Douro, o ramal de Leixões, as oficinas de Cantonil e o terminal de cargas em São Mamede de Infesta? Onde estão os projectos de renovação da via férrea nacional e, em particular, as medidas de urgência anunciadas pelo Governo para renovar determinadas vias férreas como as do Algarve e as do Ocste?

Sr. Ministro, estas são as perguntas para as quais desejamos resposta. Por outro lado, também gostávamos de ter uma explicação complementar sobre os custos adicionais que todos teremos de suportar através do Orçamento Geral do Estado para obviar a esses atrasos.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações: — Tomo o pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Raul Junqueiro como uma segunda pergunta — a de saber em que situação se encontra um conjunto de planos de que se tem falado publicamente e que vão tentar resolver, a médio prazo, certos problemas fundamentais do caminho de ferro.

A minha intervenção de há pouco foi para deixar uma nota do que estamos a fazer no plano imediato, mas a médio prazo a CP apresentou no mês de Maio um plano de reconversão e de recuperação ferroviária. Esse plano é um plano pesado. Juntamente com o que se pretende fazer nos nós ferroviários de Lisboa e Porto, é um plano orçamentado em 200 milhões de contos, com a duração de cinco anos.

As circunstâncias da vida política que todos conhecem, as eleições, atrasaram o estudo do plano. Por outro lado, não será surpresa para ninguém se se disser que um plano desses tem que ser bem examinado e bem ponderado. Não se vão pedir ao erário público 200 milhões de contos em cinco anos sem se justificar muito bem o que se pretende. Neste momento não temos dúvida nenhuma de que certos investimentos propostos são necessários, mas temos algumas dúvidas sobre outros investimentos lá contidos. Está em vias de ser concluída a respectiva apreciação e penso que a partir daí e da sua aprovação pelo Governo ele será conhecido do público.

O Sr. Deputado referiu, também, possíveis atrasos que se estão a verificar na ponte sobre o Douro. A resposta a essa questão levava muito tempo. Resumidamente digo-lhe que a ponte sobre o Douro foi lançada em 1984, numas circunstâncias perfeitamente excepcionais no normal lançamento destas obras. Quem tem alguma experiência do que se passa aqui e noutras países acerca do lançamento de obras como esta não deixará de estranhar porque é que aquela obra foi lançada tão rapidamente, com projectos inacabados ou inexistentes. Porquê? Isto é uma história mais complexa, demora mais tempo a contar. Dir-lhe-ei apenas que estamos a procurar — utilizando a linguagem ferroviária — «meter os comboios nos carris», porque aquilo estava bastante descarrilado.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, convoco os líderes parlamentares para uma conferência de líderes, a realizar-se imediatamente após esta sessão de perguntas.

Entretanto, peço à Sr.^a Vice-Presidente Manuela Aguiar o favor de me vir substituir.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares pede a palavra para que efectue?

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, é apenas para dizer que, uma vez que pode haver problemas de horário para os líderes parlamentares, se V. Ex.^a entender iniciar a conferência de líderes imediatamente a seguir às respostas do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros às perguntas que lhe vão ser agora feitas, nós não vemos nisso inconveniente.

Deste modo, a sessão de perguntas prosseguiria e V. Ex.^a começaria a conferência de líderes. É apenas uma sugestão.

O Sr. Presidente: — Pelo acenar das cabeças julgo que a sugestão foi acolhida, pelo que assim se fará.

Para formular uma pergunta ao Governo sobre a adesão à Europa Ocidental, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. presidente, felizmente não é sobre a adesão à Europa Ocidental, se não também isso o Governo seria capaz de pôr em causa o que seria mau. É sobre a adesão à União da Europa Ocidental.

Risos.

Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: Inviabilizada a Comunidade Europeia de Defesa com o voto da Assembleia Nacional francesa no Verão de 1954, a União da Europa Ocidental, nascida em Bruxelas em 1948, ficou como único suporte de uma política comum europeia de defesa e, nessa medida, como elemento fundamental para a construção da unidade europeia, o que constitui o objectivo indiscutível do Acto Único Europeu, a que Portugal aderiu tão entusiasticamente — embora, também aqui, porventura sem a informação e a participação popular que seriam desejáveis. Enfim, esse problema será resolvido se os Srs. Deputados aceitarem a instituição do referendo, tal como o propomos no nosso projecto de revisão constitucional. A seu tempo lá iremos!

Quanto à União da Europa Ocidental, Portugal apresentou em 1984 o seu pedido de adesão. Na sequência da apresentação desse pedido, uma delegação desta Assembleia da República composta por parlamentares do PSD, do PSD e do CDS deslocou-se à Assembleia Parlamentar da União para corroborar o pedido de adesão de Portugal. Não houve vozes discordantes! Houve discursos entusiásticos por parte de todos os Srs. Deputados! Tudo estava bem! Aliás, tudo estava na lógica da sequência dos acontecimentos desencadeados com o nosso pedido de adesão às Comunidades Económicas Europeias e com a posição tomada a partir daí e da concretização da nossa adesão face à evolução das instituições comunitárias.

Eis senão quando, na deslocação recente do Sr. Primeiro-Ministro a Itália, em conferência de imprensa dada nessa oportunidade, o Sr. Primeiro-Ministro teve palavras de menor apreço, de menor entusiasmo, pela adesão de Portugal à UEO e teceu considerações no sentido de que não seria conveniente manter o entusiasmo nessa adesão. E V. Ex.^a, Sr. Ministro dos Estrangeiros, logicamente, aí, em conferência de imprensa dada uns dias mais tarde, corroborou a posição do Sr. Primeiro-Ministro ...

Vozes do PS: — Claro!

O Orador: — ... e teceu algumas considerações que — espero — agora confirmará ou não perante esta Assembleia. Para elas me reservo no tradicional pedido de esclarecimento.

As perguntas são as seguintes e são muito concretas, Sr. Ministro dos Estrangeiros: há ou não mudança de atitude, da parte do Governo Português, responsável pela condução da nossa política externa face à União da Europa Ocidental? Se há mudança de atitude, esta vai traduzir-se na retirada do pedido de adesão à UEO? Se há mudança de atitude e ela se traduz na retirada do pedido de adesão, quais as razões concretas e específicas que determinam neste momento essa mudança de atitude?

Entretanto, assumiu a presidência a Sr.^a Vice-Presidente Manuela Aguiar.

A Sr.^a Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros (João de Deus Pinheiro): — Sr. Deputado Nogueira de Brito, V. Ex.^a disse que não se tratava de adesão à Europa Ocidental. Pois também lhe direi que não sou Ministro dos Estrangeiros.

Vozes do PS: — Não é?

O Orador: — Sou Ministro dos Negócios Estrangeiros. É um pouco diferente.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Faltaram os negócios ...

Risos.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Ministro, permite que o interrompa?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Não tenho nenhuma particular animosidade contra o negócio ou os negócios ...

Risos.

O Orador: — Sabe-se!

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sou até, como sabe V. Ex.^a ...

O Orador: — Partidário.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — ... com o meu pendor natural, partidário de negócios sérios. Portanto, peço desculpa a V. Ex.^a por ter omitido os «negócios».

O Orador: — Com certeza! Está desculpado, Sr. Deputado, pelo que me diz respeito.

Quanto à questão que me colocou, começo por referir que qualquer atitude de um país ou de um governo face à política externa tem de ser sempre medida face à situação do momento. E o que se passa hoje em dia no que respeita à UEO, como o Sr. Deputado saberá, é a existência de uma deliberação no sentido de a repensar e de a reestruturar. O que é que significa essa reestruturação? Neste momento, não sabemos.

O nosso ponto de vista é o de que Portugal deve saber muito bem aquilo em que — eventualmente — se vai meter, antes de poder aceitar uma adesão desse tipo. Foi, portanto, uma atitude de prudente expectativa — o que mais de uma vez já foi referido a este propósito.

Obviamente não está em causa uma retirada do pedido de adesão — nem sequer se pode falar em termos dc «pedido de adesão», pois esta, como sabe, é feita por convite — e, além disso, a disponibilidade da UEO para integrar novos membros a curto prazo é virtualmente nula.

O Sr. Miranda Calha (PS): — Não é verdade!

O Orador: — Repito: a disposição da UEO, neste momento, é a de não aceitar novos membros até fazer a sua reflexão e a sua reestruturação. É essa a razão desta prudente expectativa.

A Sr.^a Presidente: — Para formular um pedido de esclarecimento ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Neste caso, Sr.^a Presidente, há mesmo razão para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros. De facto, muitas vezes esta é uma figura de retórica — e não podemos cometer pecados de retórica, como já fomos prevenidos noutro dia, quanto a mim, bem —, mas neste caso, Sr.^a Presidente, é mesmo porque temos de ser esclarecidos.

Sr. Ministro, estava a guardar-me para o pedido de esclarecimento porque julguei que V. Ex.^a ia repetir as razões que foram avançadas, isto é, que neste momento não era conveniente. Neste momento, em que estaria porventura próximo um acordo sobre a eliminação das armas nucleares no teatro de guerra europeu, não seria talvez adequado falar em reforço do pilar europeu do sistema defensivo da NATO para não prejudicar o eventual interesse dos Estados Unidos nessa defesa da NATO. E eu estaria preparado para pedir esclarecimentos a V. Ex.^a nessa matéria.

Mas V. Ex.^a diz-me que não, que é só para não comprar «gato por lebre».

Risos.

Também aqui temos de ter uma atitude de cautela. Porém, dir-lhe-ia, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, que, se é certo que a UEO está a tentar fazer evoluir a sua estrutura num sentido que a torna mais prática, que a torna num fórum de decisão efectiva sobre a política de defesa dos aliados europeus da Aliança Atlântica, tendo sido esses objectivos claramente esclarecidos pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico em recente intervenção feita em Bruxelas no Instituto de Defesa e reproduzida numa revista que todos nós recebemos, onde realmente se levantaram algumas dúvidas sobre a conveniência de alargar a UEO, em razão do eventual prejuízo que para a sua coesão actual poderia implicar, não há dúvida nenhuma de que a atitude tomada pelo Primeiro-Ministro português — e por V. Ex.^a, na sequência dessa atitude — só pode corroborar as dúvidas daqueles que pensam não dever ser alargada a UEO. E isso, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, considero negativo. E acho negativo porque todos — mesmo os britânicos como Sir Geoffrey Howe, cuja valorização do papel norte-americano na defesa europeia e do mundo ocidental nunca foi posta em dúvida — consideram fundamental, neste momento, em que as idéias definitivas e finais dos Estados Unidos em relação à Europa são uma dúvida, reforçar o pilar europeu da defesa ocidental.

Mais: é dos próprios Estados Unidos, através de um antigo secretário-adjunto da defesa, com um artigo sobre problemas da defesa europeia, publicado recentemente num número da revista *Express*, que nos vem também esse aviso.

Seria bom que a dupla opção zero não viesse contribuir para mergulhar os europeus num sonho perigoso, reposando nas teses da *détente*, mas que contribuisse para finalmente os levar a reforçar a sua própria defesa.

Neste contexto, não vejo que haja razões efectivas para Portugal tomar esta inflexão, para anunciar como anunciou, para referir como razões para ela a presente conjuntura de desarmamento no seio da Europa. Penso ao contrário, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, e penso que esta atitude pode significar — e era isso que gostaria de ver

esclarecido — uma mudança da atitude portuguesa face à evolução da própria unidade europeia. Era nisso que efectivamente estava interessado: saber se V. Ex.⁴ e o Governo não consideram que assim possa ser.

Aplausos do CDS, do PS e do PRD.

A Sr.⁴ Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — O que o Sr. Deputado no fim de contas queria não era fazer perguntas relativamente às declarações do Sr. Primeiro-Ministro sobre a UEO, mas sim saber a leitura do Governo da relação de forças na Europa, na sequência dos tratados recentes e da recente activação da UEO, por efeitos, porventura, da guerra do Golfo. Mas isso, Sr. Deputado, não estava contido na sua pergunta.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Ai não?

O Orador: — O que estava contido na sua pergunta — e a ela me circunscreverei — era que nunca tinha sido dito pelo Governo Português, nem pelo Primeiro-Ministro, nem por mim próprio, que entendia que a UEO não deveria ser alargada. E essa é uma ilação que não me parece lícita tirar das palavras que foram ditas.

Em segundo lugar, e voltando a repetir aquilo que disse, não é líquido no seio da UEO qual o caminho da reestruturação em causa: se a união se mantém como um fórum de reflexão em «banho-maria», chamemos-lhe assim, ou se será efectivamente um pilar europeu.

E é isto precisamente que está neste momento em discussão no seio da UEO e é isso que faz da UEO, neste momento, uma entidade em transição, podendo dar origem, eventualmente, a uma realidade diferente da que existia em 1984.

Julgo que seja do mais elementar bom senso para um governo não se precipitar quando a situação é de transição e de movimento, como é a actual.

A Sr.⁴ Presidente: — Para formular uma pergunta ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, o País ficou claramente surpreendido com todo o processo de candidatura à direcção-geral da UNESCO que recentemente se desenrolou. Portugal tinha um candidato de alto e reconhecido prestígio, uma figura inquestionável, interna e externamente, e como tal reconhecida. Gozava de apoios internos evidentes, de uma comissão nacional de apoio de igual prestígio, de igual qualidade e de igual respeitabilidade.

O que aconteceu, então, Sr. Ministro? Como foi possível que um candidato com este mérito, apoiado da manira como este foi apoiado, que suscitou internamente uma onda clara de apoios, que foi um candidato nacional e como tal considerado — por V. Ex.⁴, pelo Sr. Primeiro-Ministro, pelo Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros —, aparecesse num processo que acabou por desapontar os portugueses, afectando a credibilidade, não do candidato, mas a do Governo a que V. Ex.⁴ pertence e até, de certa forma, cobrir o País de alguns salpicos de ridículo.

Vozes do CDS e do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quero perguntar-lhe, Sr. Ministro: O que aconteceu? Que apoios foram negociados? Que apoios falharam? O que se passou para que um processo, apoiado da maneira como este o foi, surgido com a expectativa com que este surgiu, com a qualidade de todos os intervenientes, não tenha merecido sequer um voto nas várias reuniões do Conselho em que os candidatos foram votados e escolhidos?

Vozes do CDS e do PS: — Muito bem!

O Orador: — Significa isto que V. Ex.⁴, para este efeito, não foi Ministro nem dos «negócios» nem dos «estrangeiros»?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Significa que á V. Ex.⁴ e o seu governo se alheararam dessa candidatura, calcularam mal os apoios, fizeram mal a sua estratégia? Se assim foi, seria importante que o Governo o dissesse com clareza, assumindo nobremente as responsabilidades, para que o candidato não tenha culpas que não lhe pertencem, nem que à comissão que o apoiou possam ser assacadas as mesmas culpas.

Mas Sr. Ministro, se alguma coisa no decorrer do processo tinha eventualmente mudado, porquê levá-lo até ao fim? Porquê levar até às últimas consequências o País a sofrer esta quase humilhação em termos externos?

É óbvio que Portugal não tem que ganhar todas as eleições internacionais que disputa. Mas não é de todo em todo comprehensível ou admissível que as perca desta forma. Não o merece o País, não o merece o candidato, não o merecem os apoios que tão espontaneamente conseguiu granjear.

Aplausos do CDS, do PS, do PRD e de alguns deputados do PCP.

A Sr.⁴ Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — Sr.⁴ Presidente, Srs. Deputados: Penso que, antes de mais, temos que ter noção de como decorre o processo. Não se trata da candidatura de um país, mas da candidatura de uma pessoa, que é livre de apresentar e que, no caso vertente, concordando integralmente com o perfil que traçou do candidato, da sua estrutura moral e intelectual e da sua credibilidade, gerou em Portugal um consenso raramente atingido, desde o Sr. Presidente da República ao Governo, passando por eminentes personalidades nacionais. Essa situação gerou uma candidatura que, do nosso ponto de vista — e foram essas as linhas de força defendidas pelo candidato, pela sua comissão de candidatura e pela diplomacia portuguesa, também chamada a actuar nesse domínio, pelos princípios do rigor na UNESCO, do regresso à sua universalidade e fundamentalmente pela dignificação da instituição —, foi uma candidatura essencialmente digna e que se recusou, ao invés de outras, a entrar em negócios de contrapartidas menos claras.

O Conselho Executivo a que o Sr. Deputado se referiu é constituído por cerca de meia centena de individualidades que não representam governos, que não seguem uma linha indicada por um governo. E nesses 50 países não esteve nenhum daqueles que à partida tinha garantido o seu apoio ao Dr. Sá Machado. Refiro ainda que havia cerca de dezena e meia de pré-candidatos. Tratava-se de uma corrida dita «aberta» e julgo que não há, de modo nenhum, qualquer

razão para considerar o candidato um indivíduo vencido ou derrotado. Penso que prestou um grande serviço ao País, o que está já a reflectir-se nas consequências que neste momento, ao nível da própria UNESCO, Portugal está a retirar, o que significa que foi uma candidatura respeitada e que o País saiu prestigiado com a candidatura do Dr. Sá Machado.

Risos do PS.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Oh, Sr. Ministro!

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Não diga isso!

O Orador: — É a minha opinião e é-o pelo efeito que está a ter na estrutura da própria UNESCO.

Chamo a atenção das pessoas eventualmente menos atentas de que o candidato escolhido pelo Conselho Executivo não teve nunca o apoio do seu governo, a não ser uns dias antes da eleição e que dos dois candidatos que chegaram à fase final de votação um era o director-geral em exercício e o outro tinha sido director-geral-adjunto. Isto é, a máquina da própria UNESCO e as suas ligações internas são aquilo que na prática determina a votação no Conselho Executivo, o que eventualmente não acontece ao nível da Assembleia Geral. É aliás curiosa esta análise, pois penso que nós, portugueses, temos todos que saber ousar apresentar candidaturas — não temos infelizmente tido essa prática —, temos que aceitar que as coisas nem sempre podem correr tal como desejariam e que temos que retirar daqui ilações positivas e não ilações meramente negativas.

O Sr. Miranda Calha (PS): — Quais são as positivas?

A Sr.^a Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Pretendia formular um pedido de esclarecimento e, simultaneamente, se tal me é permitido, tirar uma conclusão.

Da intervenção do Sr. Ministro, parece-me que o que efectivamente houve de mal na candidatura do Dr. Sá Machado foi o apoio do Governo. Se ela não tivesse tido o apoio do Governo talvez tivesse obtido outros resultados.

Risos do PS.

V. Ex.^a acabou por citar que o candidato espanhol não teve o apoio do respectivo governo. Mas V. Ex.^a acredita nisso? Acredita firmemente nisso? V. Ex.^a terá certamente outro tipo de elementos para responder a si próprio sobre esta matéria.

Mas o que é que de facto fez a diplomacia do seu Ministério?

Vozes do PS: — Nada!

O Orador: — O que fez a embaixada da UNESCO?

Vozes do PS: — Nada!

O Orador: — Que fizeram os diplomatas nos contactos com os votos necessários para a respectiva eleição?

Vozes do PS: — Nada!

O Orador: — O candidato teve ou não teve de andar por si?

Vozes do PS: — Teve!

O Orador: — A comissão nacional de apoio teve ou não teve praticamente de andar por si?

Vozes do PS: — Teve!

O Orador: — Embora «nacional», se não fosse ela própria a mexer-se, penso que, afim sim, as coisas ainda poderiam ter sido piores. Assim, ao menos a dignidade manteve-se.

Sr. Ministro, esta é efectivamente uma lição, mas é-o para o Governo e eventualmente para outros candidatos às organizações internacionais que se queiram arriscar a ter o apoio do Governo a que V. Ex.^a pertence.

Aplausos do CDS, do PS, do PRD e de alguns deputados do PCP.

A Sr.^a Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Penso que não é bonito uma pessoa querer «sacudir a água do seu capote», que não é bonito arranjar *scapegoats* quando não existem...

Protestos do PS.

Eu traduzo, se o Sr. Deputado quiser.

Penso, acima de tudo, que não é legítimo dizer que a nossa diplomacia, designadamente a embaixada na UNESCO, não fez o melhor dos seus esforços, porque o fez.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não o fez!

O Orador: — Fê-lo no plano diplomático, no plano pessoal e no plano financeiro. Nunca o candidato deixou de ter o apoio que foi solicitado: fizeram-se inúmeras reuniões e existe um *dossier* completo — terei o maior prazer, se esta Assembleia o desejar, em lho enviar — que retrata a evolução de todo este processo ao longo do tempo e por onde se pode ver que o apoio diplomático solicitado foi sempre prestado. Mas, repito, no caso concreto a eleição na UNESCO não depende em primeira instância do apoio diplomático.

Quanto à questão colocada — não sei se suscitada pelo Sr. Deputado ou por algum aparte —, é curioso notar que na sequência deste processo, neste momento, a UNESCO está predisposta a coisas como ter dois comitês de língua portuguesa, uma edição da revista *Perspectives* em língua portuguesa, edições de manuais em português, a apoiar o centenário e as comemorações do centenário de Fernando Pessoa e, inclusive, a ter eventualmente países de expressão portuguesa no Conselho Executivo. Isto não acontece por acaso e nunca aconteceria se se tratasse de uma candidatura derrotada, de uma candidatura sem dignidade e se nos tivéssemos saído mal neste processo. Mas, infelizmente, em Portugal porventura não se conhece exactamente como é que aquilo funciona.

A Sr.^a Presidente: — Para formular uma pergunta oral ao Sr. Ministro da Educação, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Conceição.

O Sr. Fernando Conceição (PSD): — Sr. Ministro da Educação, no início de um ano escolar há sempre, passo a expressão, um misto de expectativas, por vezes acompanhadas de frustrações. Expectativas dos educandos, dos

seus familiares e inclusive da própria comunidade, que vêm surgir a oportunidade da formação adequada a um tempo de mudança célere das jovens gerações. Mas simultaneamente também se verifica que, por vezes, o quadro oferecido a esses candidatos a uma formação completa não se apresenta nas melhores condições, quer em termos espaciais quer em termos temporais.

Por vezes os edifícios não têm a tipologia necessária, por vezes não existem instalações em número adequado e por vezes também o tempo que o educando tem ao seu dispor não será o mais adequado ao ritmo de aprendizagem e, sobretudo, à nova adaptação a técnicas, a valores, a saberes e à solidariedade humana.

Nestes termos, pareceu-me oportuno que o Governo tivesse considerado para já uma medida temporal: a antecipação das actividades escolares para o dia 21 de Setembro. É certo que essa medida foi acompanhada, por parte de entidades ligadas ao processo, de uma expectativa de certo modo negativa, considerando que certamente iriam ser agravados os males que em anos anteriores tinham aparecido por altura da abertura do ano escolar. Felizmente num caso e infelizmente para os detractores, verificou-se que o processo desencadeado não teve as dificuldades de anos anteriores. A programação tinha sido feita, a colocação dos professores foi mais atempadamente realizada e as instalações, o parque escolar, tinham sido substancialmente aumentados. No entanto, continua a haver alunos sem escola, dificuldades para alguns alunos em obter os apoios sociais escolares necessários.

Em face de todas essas queixas que de vez em quando ainda se ouvem, o Grupo Parlamentar do PSD gostaria de perguntar ao Sr. Ministro, em termos sintéticos, se foi positiva a antecipação para 21 de Setembro. Qual o teor das dificuldades havidas? De material, humanas, financeiras? E das dificuldades encontradas que lições para o futuro se podem tirar?

A Sr.^a Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação (Roberto Carnciro): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Agradeço ao Sr. Deputado Fernando Conceição a forma objectiva como colocou a questão, o que permite, nesta circunstância, partilhar com esta Câmara algumas reflexões importantes sobre a abertura do ano lectivo que acaba de ter lugar.

Como os Srs. Deputados sabem, não consta expressamente do Programa do Governo aprovado nesta Assembleia a questão da normalidade da abertura dos anos lectivos. E não consta por uma razão simples: porque penso que ela terá que ser normal, tem que se propender para uma abertura feita em termos cada vez mais regulares e o Governo pensa que deve ser avaliada fundamentalmente não pela abertura normal do ano lectivo, mas pelas reformas estruturais que urgentemente têm que ser introduzidas no sistema educativo.

Vozes do (PSD): — Muito bem!

O Orador: — No entanto, é evidente que, como o Sr. Deputado aponta, a antecipação em cerca de duas ou três semanas a abertura do ano lectivo constituiu um facto relevante na vida dos períodos lectivos, designadamente deste ano lectivo. A avaliação não pode ainda ser feita em termos definitivos e completos, pois, como o Sr. Deputado

compreenderá, apenas no final do ano poderemos avaliar o próprio rendimento e o sucesso educativo que porventura terá sido substancialmente melhorado pela circunstância de as crianças terem uma escolaridade mais prolongada.

Apenas lhe direi, Sr. Deputado, que, na maioria dos países da CEE e designadamente nos países do Sul da Europa, que têm factores climáticos muito semelhantes ao nosso, a abertura das aulas faz-se ainda em data anterior a 21 de Setembro. Em França, a abertura ocorreu a 8 de Setembro, na Grécia, a 11 de Setembro, em Espanha, pelo menos parcialmente, a 15 de Setembro, e em Itália, a 10 de Setembro. Portanto, apesar de termos antecipado a abertura das aulas, ainda temos uma *décalage* relativamente à situação normal nos países mediterrânicos, digamos assim, pertencentes à CEE e cujos factores climáticos são bastante semelhantes aos nossos. O que significa, Sr. Deputado, que tendo nós ainda uma escolaridade relativamente reduzida em termos de dias — não chegamos aos 180 dias, período considerado como quota mínima e não quero falar nos 240 dias do Japão ou nos 200 dias da Dinamarca, por exemplo —, já progredimos significativamente este ano no sentido de proporcionar aos nossos jovens, aos nossos alunos, um pouco mais de tempo de permanência na escola e de contacto com o aluno, o que em princípio nos permitirá cumprir melhor os programas e os requisitos escolares.

A maior normalidade que acho ser justo referir na abertura deste ano lectivo e a menor controvérsia de que se rodeou é uma situação que, devo confessá-lo, não se deve ao presente governo. Os méritos fundamentais devem-se sobretudo ao anterior governo, diria mais, aos anteriores governos, que vêm preparando de uma forma cada vez mais adequada a abertura do ano lectivo, que de facto se realiza cada vez com maior normalidade.

O ensino primário abriu sem problemas e o ensino superior, como sabe, está a operar-se também sem problemas. Existem alguns problemas pontuais, que infelizmente ainda persistem no ensino secundário.

De facto, em duas escolas, designadamente a Escola Secundária da Sobreira e a Escola Secundária do Alto do Seixalinho, na margem sul, atrasos nas obras — num caso o empreiteiro faliu a meio do ano, tendo sido necessário readjudicar a obra e no outro caso surgiram atrasos, na altura imprevisíveis, no cumprimento dos prazos — levaram a que nestas duas escolas ainda persistam as dificuldades.

E relembo que cobrindo hoje o sistema educativo português um pouco mais de 2 milhões de alunos, o que constitui um enorme sistema extremamente complexo de gerir, apenas persistem problemas significativos nas duas escolas que acabei de referir. Isto não significa que devamos escamotear ou esconder as dificuldades. Há dificuldades enormes no funcionamento do sistema educativo português. O parque escolar está extremamente degradado, no passado tem sido dada prioridade — e bem, a meu ver — à expansão do parque escolar; todas as verbas do PIDDAC têm sido orientadas para aumentar o número de vagas no sistema. É necessário universalizar rapidamente a escolaridade obrigatória de nove anos, mas penso que a partir do próximo ano — e essa será a política que irá ser imprimida — vamos ter que investir algum dinheiro, bastante mais do que no passado próximo, na conservação e na manutenção das nossas escolas. Não é possível continuar a investir tão pouco, o que levaria, a curto prazo, a um verdadeiro colapso no parque escolar. Portanto, no

próximo ano vamos reequilibrar a capacidade financeira de investimento do Estado entre expansão do sistema e conservação do parque escolar.

Há escolas ainda muito sacrificadas, sobretudo em zonas urbanas onde se verifica uma sobrelocação, o que tem uma dimensão desumana. Em Inglaterra foi recentemente estabelecido que a dimensão máxima das escolas secundárias deve ser de 600 alunos e, como os Srs. Deputados sabem, temos escolas com 6000 alunos, o que é uma dimensão perfeitamente desumana. Portanto, temos que encontrar formas de gestão que permitam superar esta desumanidade enquanto financeiramente não for possível descongestionar essas escolas.

Gostaria aqui de sublinhar o papel dos professores, dos conselhos directivos, a grande compreensão dos pais e a grande solidariedade manifestada em todos os segmentos da população afectados por este problema ao colaborar honesta e generosamente na abertura de muitas escolas que noutras condições não teria sido possível abrir a tempo e horas.

Neste momento, a nossa política é já no sentido de preparar a abertura do próximo ano lectivo e estabilizar alguns dos grandes problemas do sistema educativo, em ordem a que a abertura do próximo ano lectivo se faça ainda com maior normalidade.

Há já um diploma em circulação nos sindicatos, para que estes dêem o seu parecer, no sentido de estabilizar os quadros dos professores provisórios do ensino preparatório e secundário e os profissionalizados não efectivos do ensino primário.

Em relação aos manuais escolares, devo dizer que há um despacho para publicação que os vai estabilizar por um período que permitirá a redução do preço e da elevada pulverização que hoje existe de manuais escolares.

Vai haver um estudo no sentido do reforço da autonomia e do poder dos próprios estabelecimentos de ensino para resolver problemas que devem ser resolvidos com vantagem ao nível da própria escola, como por exemplo problemas de manutenção e conservação.

Finalmente, vai haver um esforço de investimento, de expansão e de conservação do parque escolar e, porventura, uma maior flexibilização no cumprimento do calendário escolar.

Entendo que será deseável, a partir do próximo ano, que as escolas, em combinação com os pais e com as comunidades, possam adequar o calendário escolar à realidade local, à realidade climática local e às próprias necessidades económicas sazonais locais, permitindo, dentro de uma perspectiva de tentar atingir 180 dias de escolaridade para todos, uma flexibilização das datas de abertura, de encerramento e do próprio período de férias escolares.

Para terminar, gostaria de dizer que os problemas são muitos — e eu sou o primeiro a reconhecê-lo de forma muito clara, tal como o tenho vindo a fazer. A reforma educativa que é tão urgente e que é uma tarefa nacional só se poderá realizar com um grande sentido de solidariedade e com larga participação de todos os segmentos interessados na sociedade portuguesa.

Aplausos do PSD, do PS, do PRD e do CDS.

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, terminou o período de perguntas ao Governo. Vai ser lido um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.

Foi lido. É o seguinte:

COMISSÃO DE REGIMENTO E MANDATOS

RELATÓRIO E PARECER

1 — Em reunião da Comissão de Regimento e Mandatos realizada no dia 30 de Outubro de 1987, pelas 10 horas, foram observadas as seguintes substituições de deputados:

Solicitada pelo Partido Socialista:

Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes (Círculo Eleitoral de Lisboa) por Edmundo Pedro. Esta substituição é pedida nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), por um período de quarenta e cinco dias, a partir do próximo dia 3 de Novembro, inclusive.

2 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituído indicado é realmente o candidato não eleito que deve ser chamado ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência da respectiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido partido no concorrente círculo eleitoral.

3 — Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

4 — Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

A Comissão: Presidente, Mário Júlio Montalvão Machado (PSD) — Secretário, João Domingos F. Salgado (PSD) — José Coelho dos Reis (PSD) — Domingos Silva e Sousa (PSD) — Fernando Monteiro do Amaral (PSD) — Mário Oliveira M. dos Santos (PSD) — Reinaldo Alberto Ramos Gomes (PSD) — Afonso de Sousa F. M. Guedes (PSD) — Carlos Cardoso Lage (PS) — José Manuel Maia N. Almeida (PCP) — Vasco da Gama Lopes Fernandes (PRD) — José Luís Nogueira de Brito (CDS) — João C. Corregedor da Fonseca (ID).

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, está em discussão.

Pausa.

Não havendo objecções, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Secretário vai dar conhecimento de uma comunicação.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — A Mesa comunica ao Plenário que foi apresentado a S. Ex.^a o Sr. Presidente da Assembleia da República um pedido de renúncia

ao mandato de deputado pelo Sr. Deputado António Anselmo Aníbal, que fazia parte do Grupo Parlamentar do PCP, a partir de 1 de Novembro, inclusive.

Esta comunicação é feita nos termos do artigo 3.º do Regimento e do n.º 3 do artigo 7.º do Estatuto dos Deputados.

A Srº. Presidente: — Terminados por hoje os nossos trabalhos, informo de que a próxima reunião plenária terá lugar no dia 3 de Novembro, terça-feira, às 15 horas, com o período de antes da ordem do dia.

Do período da ordem do dia consta a discussão da proposta de lei n.º 1/V, da Região Autónoma da Madeira — Alterações à Lei n.º 33/87, de 11 de Julho, que regula o exercício do direito de associação de estudantes.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr.º Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

A Sr.º Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — A interpelação que pretendo fazer tem a ver com o anúncio de V. Ex.º em relação à discussão da proposta de lei. Tentei ontem comunicar com os diversos líderes parlamentares em relação ao agendamento desse diploma e creio que seria preferível ficarmos a aguardar a confirmação desse agendamento pela conferência de líderes parlamentares, que terá lugar na próxima segunda-feira. Isto porque a proposta de lei em apreço, que apenas se refere à alteração de um artigo de uma lei anteriormente aprovada pela Assembleia, tem um parecer da Comissão de Juventude que diz que não está em condições de subir a Plenário porque, nos termos constitucionais e regimentais, é ainda necessário ouvir a Assambleia Regional dos Açores.

Portanto, se não houver oposição por parte da Câmara, poderíamos ficar com esse agendamento sob reserva de confirmação da conferência de líderes parlamentares.

A Srº. Presidente: — Certamente, Sr. Deputado. Essa questão será colocada na conferência de líderes parlamentares, que terá lugar na próxima segunda-feira.

Está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 10 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social Democrata (PPD/PSD):

Álvaro Cordeiro Dâmaso.
Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.
Dinah Serrão Alhandra.
José de Vargas Bulcão.
Manuel Joaquim Dias Loureiro.

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons Braga de Carvalho.
António Carlos Ribeiro Campos.
António José Sanches Esteves.

António Manuel Oliveira Guterres.
José Luís da Costa Catarino.
José Apolinário Nunes Portada.
José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.
Manuel Alegre de Melo Duarte.

Partido Comunista Português (PCP):

José Manuel Maia Nunes de Almeida.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social Democrata (PPD/PSD):

Álvaro José Rodrigues Carvalho.
António José Coelho de Araújo.
António Manuel Lopes Tavares.
António Maria Pereira.
Carlos Manuel Sousa Encarnação.
Flausino José Pereira da Silva.
Francisco Jardim Ramos.
Francisco Rodrigues Porto.
José Alberto Puig dos Santos Costa.
José Ângelo Ferreira Correia.
José Pereira Lopes.
Luís Manuel Neves Rodrigues.
Marília Dulce Coelho Raimundo.
Rui Manuel Almeida Mendes.

Partido Socialista (PS):

Álvaro Jaime Neves da Silva.
António de Almeida Santos.
António Cândido Miranda Macedo.
Carlos Cardoso Lage.
Carlos Manuel Natividade Costa Candal.
Fernando Ribeiro Moniz.
Hélder Oliveira dos Santos Filipe.
Helena de Melo Torres Marques.
José Luís do Amaral Nunes.
Maria Helena do R. da C. Salema Roseta.

Partido Comunista Português (PCP):

António da Silva Mota.
Maria Ilda Costa Figueiredo.
Maria Luísa Rodrigues A. Garcia da Rosa.
Maria de Lurdes Dias Hespanhol.

Partido Renovador Democrático (PRD):

José Carlos Pereira Lilaia.
José da Silva Lopes
Natália de Oliveira Correia.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.

Os REDACTORES: Leonor Ferreira — Carlos Pinto da Cruz.

DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — A renovação das assinaturas ou a aceitação de novos assinantes para qualquer das publicações oficiais deverá efectuar-se até ao final do mês de Janeiro, no que se refere às assinaturas anuais ou para as do 1.º semestre, e até 31 de Julho, para as que corresponderem ao 2.º semestre.

2 — Preço de página para venda avulso, 4\$; preço por linha de anúncio, 86\$.

3 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

4 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 104\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex